

1 **ATA DA TRECENTÉSIMA NONAGÉSIMA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DA**
2 **CÂMARA DE ADMINISTRAÇÃO DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO DA**
3 **UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS.** Aos cinco dias do mês de março do ano
4 de dois mil e vinte e quatro, às quinze horas, reuniu-se a Câmara de Administração do Conselho
5 Universitário da Universidade Estadual de Campinas, sob a presidência do Magnífico Reitor da
6 Universidade, Professor Doutor ANTONIO JOSÉ DE ALMEIDA MEIRELLES, e com o
7 comparecimento dos seguintes conselheiros: Adilton Dorival Leite, Ariovaldo José da Silva,
8 Célio Hiratuka, Cesar José Bonjuani Pagan, Daniel Martins de Souza, Dirceu Noriler, Elaine
9 dos Santos José, Felipe Machado Savedra, Fernando Antônio Santos Coelho, Fernando
10 Augusto de Almeida Hashimoto, Fernando Sarti, Francisco da Fonseca Rodrigues, Hernandes
11 Faustino de Carvalho, João Renato Bennini Júnior, Leonardo Lorenzo Bravo Roger, Luiz
12 Seabra Junior, Márcio Antonio Cataia, Maria Luiza Moretti, Rafael Silva Marconato, Ricardo
13 Miranda Martins, Roberta Cunha Matheus Rodrigues, Silvia Cristina Franco Amaral, Valentina
14 Spedine Sierra e Verónica Andrea González-López. Esteve presente também o representante
15 suplente dos diretores dos colégios técnicos, Augusto César da Silveira. Como convidados
16 especiais, compareceram os professores Adriana Nunes Ferreira, Cristiane Maria Megid, Ivan
17 Felizardo Contrera Toro e Maria Silvia Viccari Gatti; as doutoras Ana Carolina de Moura
18 Delfim Maciel e Claudia Regina Castellanos Pfeiffer; a doutora Fernanda Lavras Costallat
19 Silvado; e os senhores Everaldo Pinheiro, Fernandy Ewerardy de Souza, José Reinaldo Braga,
20 Juliano Henrique Davoli Finelli, Lina Amaral Nakata e Thiago Baldini da Silva. Justificaram
21 ausência à Sessão os seguintes conselheiros: Hugo Enrique Hernandez Figueroa, sendo
22 substituído pelo conselheiro Leonardo Lorenzo Bravo Roger; Claudio Saddy Rodrigues Coy,
23 sendo substituído pelo conselheiro Fernando Augusto de Almeida Hashimoto; Marisa Masumi
24 Beppu, sendo substituída pelo conselheiro Francisco da Fonseca Rodrigues; Wagner de Melo
25 Romão; Samuel Rocha de Oliveira; Sarah de Medeiros Pinheiro Souza; Matheus da Silva
26 Marcheti Martins, sendo substituído pelo conselheiro Adilton Dorival Leite; Ignácio Maria
27 Poveda Velasco; e Leandro Horie. Havendo número legal, o MAGNÍFICO REITOR dá início
28 à Trecentésima Nonagésima Sétima Sessão Ordinária da Câmara de Administração, realizada
29 de forma exclusivamente presencial. Lembra que, em razão do sistema de votação e
30 confirmação de presença desenvolvido pela Secretaria Geral, os conselheiros devem fazer o
31 *login* no *site* da SG e clicar no *banner* azul da CAD na página inicial. Uma vez que estejam
32 logados, todos os documentos ficarão acessíveis. É imprescindível que os conselheiros utilizem
33 os computadores da sala e que não fechem a guia da SG, podendo ser aberta outra guia do
34 navegador para eventual acesso de *e-mail* ou outras páginas institucionais de internet. No caso
35 de a cédula de votação não aparecer na tela, o conselheiro deve aguardar a finalização da
36 votação e pedir a palavra para declarar seu voto no microfone. Para manifestação, os
37 conselheiros deverão levantar a mão e respeitar o limite temporal de cinco minutos para a
38 Ordem do Dia e três minutos para o Expediente. A inscrição para o Expediente deve ser
39 realizada por meio do livro de inscrições que se encontra sob a mesa lateral à sua direita.
40 Informa que está disponível no *site* da Secretaria Geral o parecer CLN referente ao item 01 da

1 Ordem do Dia Suplementar, bem como a Informação Aeplan 368/2024, referente ao item 07 da
2 Ordem do Dia. Em seguida, submete à apreciação a Ata da Trecentésima Nonagésima Sexta
3 Sessão Ordinária, realizada em 6 de fevereiro de 2024, consultando se há observações. Não
4 havendo, submete à votação a referida Ata, que é aprovada com 02 abstenções. Passa à Ordem
5 do Dia, com 39 itens, e à Ordem do Dia Suplementar, com 07 itens, informando que está
6 destacado pela Mesa o item 07 da Ordem do Dia Suplementar – Proc. nº 01-D-50813/2022 e
7 01-D-12349/2022. Consulta se há destaques por parte dos conselheiros. O Conselheiro
8 FRANCISCO DA FONSECA RODRIGUES destaca o item 01 da Ordem do Dia – Proc. nº 01-
9 P-6781/1986 –, de Edwiges Maria Morato – IEL. Não havendo mais destaques, o MAGNÍFICO
10 REITOR submete à votação todos os itens não destacados da Ordem do Dia, sendo aprovados,
11 com 01 abstenção, os pareceres que subsidiaram os seguintes processos: I – A - Carreira
12 Docente - a) Nomeações na Parte Permanente do QD - Professor Titular - Aplicação do RDIDP
13 - Deliberação Consu-A-02/2001 - 02) Proc. nº 17-P-19927/2006, de Francisco Elinaldo
14 Teixeira - IA - 1) Nomeação na PP: Prof. Titular - nível MS-6 - RTP - área de Comunicação e
15 Cinema - Departamento de Multimeios, Mídia e Comunicação. 2) Aplicação do RDIDP.
16 Concurso homologado pela Cepe em 06.02.24 - Aprovação pela Congregação em 14.12.23 -
17 Parecer CPDI-20/24. Recursos: Informação PRDU/GQDOC-19/24 - 03) Proc. nº 01-P-
18 1982/1989, de José Maria Campos dos Santos - FEM - 1) Nomeação na PP: Prof. Titular - nível
19 MS-6 - RTP - área de Projeto Mecânico - Departamento de Mecânica Computacional. 2)
20 Aplicação do RDIDP. Concurso homologado pela Cepe em 06.02.24 - Aprovação pela
21 Congregação em 18.12.23 - Parecer CPDI-21/24. Recursos: Informação PRDU/GQDOC-18/24
22 - 04) Proc. nº 07-P-14690/2013, de Luís Felipe de Toledo Ramos Pereira - IB - 1) Nomeação
23 na PP: Prof. Titular - nível MS-6 - RTP - área de Zoologia de Vertebrados - Departamento de
24 Biologia Animal. 2) Aplicação do RDIDP. Concurso homologado pela Cepe em 06.02.24 -
25 Aprovação pela Congregação em 24.10.23 - Parecer CPDI-12/24. Recursos: Informação
26 PRDU/GQDOC-68/24 - 05) Proc. nº 07-P-5405/2004, de Marcelo Brocchi - IB - 1) Nomeação
27 na PP: Prof. Titular - nível MS-6 - RTP - área de Microbiologia - Departamento de Genética,
28 Evolução, Microbiologia e Imunologia. 2) Aplicação do RDIDP. Concurso homologado pela
29 Cepe em 06.02.24 - Aprovação pela Congregação em 24.10.23 - Parecer CPDI-13/24.
30 Recursos: Informação PRDU/GQDOC-69/24 - 06) Proc. nº 01-P-3743/1986, de Maria Cristina
31 Cintra Gomes Marcondes - IB - 1) Nomeação na PP: Prof. Titular - nível MS-6 - RTP - área de
32 Fisiologia Endócrina e da Reprodução - Departamento de Biologia Estrutural e Funcional. 2)
33 Aplicação do RDIDP. Concurso homologado pela Cepe em 06.02.24 - Aprovação pela
34 Congregação em 22.11.23 - Parecer CPDI-14/24. Recursos: Informação PRDU/GQDOC-70/24
35 - 07) Proc. nº 01-P-13840/1995, de Mónica Graciela Zoppi Fontana - IEL - 1) Nomeação na
36 PP: Prof. Titular - nível MS-6 - RTP - área de Semântica e Pragmática - Departamento de
37 Linguística. 2) Aplicação do RDIDP. Concurso homologado pela Cepe em 06.02.24 -
38 Aprovação pela Congregação em 19.10.23 - Parecer CPDI-15/24. Recursos: Informação
39 PRDU/GQDOC-71/24 - 08) Proc. nº 07-P-21448/2012, de Rafael Vasconcelos Ribeiro - IB -
40 1) Nomeação na PP: Prof. Titular - nível MS-6 - RTP - área de Fisiologia Vegetal -

1 Departamento de Biologia Vegetal. 2) Aplicação do RDIDP. Concurso homologado pela Cepe
2 em 06.02.24 - Aprovação pela Congregação em 24.10.23 - Parecer CPDI-16/24. Recursos:
3 Informação PRDU/GQDOC-67/24 - b) Nomeações na Parte Permanente do QD - Professor
4 Doutor - Ingresso no RDIDP - Deliberação Consu-A-02/2001 - 09) Proc. nº 17-P-30719/2023,
5 de Ignácio Del Valle Dávila - IA - 1) Nomeação na PP: Prof. Dr - nível MS-3.1 - RTP - área de
6 Multimeios e Ciências - Departamento de Multimeios, Mídia e Comunicação. 2) Ingresso no
7 RDIDP. Concurso homologado pela Cepe em 06.02.24 - Aprovação pela Congregação em
8 21.09.23 - Parecer CPDI-17/24 - Titulação: Doutor em Meios e Processos Audiovisuais -
9 *Université Toulouse/França/2013* - Recursos: Informação PRDU/GQDOC-546/23 - 10) Proc.
10 nº 28-P-196/2024, de Juliana de Souza Granja Barros - Feagri - 1) Nomeação na PP: Prof. Dr -
11 nível MS-3.1 - RTP - área de Energia. 2) Ingresso no RDIDP. Concurso homologado pela Cepe
12 em 06.02.24 - Aprovação pela Congregação em 20.12.23 - Parecer CPDI-18/24 - Titulação:
13 Doutora em Engenharia Agrícola - Unicamp/2019 - Recursos: Informação PRDU/GQDOC-
14 65/24 - 11) Proc. nº 38-P-271/2024, de Leonardo Dresch Eberhardt - FEnf - 1) Nomeação na
15 PP: Prof. Dr - nível MS-3.1 - RTP - área de Enfermagem em Saúde Pública. 2) Ingresso no
16 RDIDP. Concurso homologado pela Cepe em 05.09.23 - Aprovação pela Congregação em
17 1º.12.23 - Parecer CPDI-19/24 - Titulação: Doutor em Saúde Pública - Fundação Oswaldo
18 Cruz/2022 Recursos: Informação PRDU/GQDOC-14/24 - 12) Proc. nº 17-P-46963/2023, de
19 Renan Paiva Chaves - IA - 1) Nomeação na PP: Prof. Dr - nível MS-3.1 - RTP - área de
20 Multimeios e Artes - Departamento de Multimeios, Mídia e Comunicação. 2) Ingresso no
21 RDIDP. Concurso homologado pela Cepe em 06.02.24 - Aprovação pela Congregação em
22 14.12.23 - Parecer CPDI-22/24 - Titulação: Doutor em Multimeios - Unicamp/2022 - Recursos:
23 Informação PRDU/GQDOC-20/24 - B - Carreira Paepe - Deliberação Consu-A-18/2013 - a)
24 Contratações com Abertura de Concurso Público - 13) Proc. nº 27-P-51141/2023, do Hospital
25 da Mulher "Prof. Dr. José Aristodemo Pinotti" - Contratação com abertura de concurso público
26 de 1 (um) Médico Anestesiologista, nível S1B, em jornada de 24 horas semanais, em
27 substituição a servidora desligada em 01.12.23 - Parecer CVND-01/24 - Recursos: Informação
28 PRDU/CGQC-36/24 - 14) Proc. nº 01-P-49309/2023, da Diretoria Geral de Recursos Humanos
29 - Contratação com abertura de concurso público de 6 (seis) Profissionais para Assuntos
30 Administrativos, perfil Analista de Recursos Humanos, nível S1A, em jornada de 40 horas
31 semanais - Parecer CVND-02/24 - Recursos: Informação PRDU/CGQC-06/24 - 15) Proc. nº
32 02-P-1816/2024, da Faculdade de Ciências Médicas - Contratação com abertura de concurso
33 público de 1 (um) Médico Cirurgião do Aparelho Digestivo, nível S1B, em jornada de 24 horas
34 semanais, em substituição a servidor desligado em 23.01.24 - Parecer CVND-03/24 - Recursos:
35 Informação PRDU/CGQC-40/24 - b) Contratações com Aproveitamento de Concurso Público
36 - 16) Proc. nº 01-P-3739/2024, da Coordenadoria Geral da Universidade - Contratação com
37 aproveitamento de concurso público de 1 (um) Profissional para Assuntos Administrativos,
38 nível M1A, em jornada de 40 horas semanais - Parecer CVND-04/24 - Recursos: Informação
39 PRDU/CGQC-75/24 - Obs.: Aprovada pela CVND a supressão da solicitação nº 913 (Parecer
40 CVND nº 67/22 e Deliberação CAD nº 255/22) que tratou da contratação de 1 (um) Profissional

1 da Tecnologia da Informação e Comunicação, perfil Desenhista de Páginas da Internet - Web
2 Designer, tendo em vista que os recursos estão sendo utilizados na solicitação nº 2275 - 17)
3 Proc. nº 01-P-52514/2023, da Diretoria Acadêmica - Contratação com aproveitamento de
4 concurso público de 1 (um) Profissional para Assuntos Administrativos, nível M1A, em jornada
5 de 40 horas semanais - Parecer CVND-05/24 - Recursos: Informação PRDU/CGQC-30/24 -
6 18) Proc. nº 01-P-47666/2023, da Diretoria Geral da Administração - Contratação com
7 aproveitamento de concurso público de 1 (um) Profissional para Assuntos Administrativos,
8 nível M1A, em jornada de 40 horas semanais - Parecer CVND-06/24 - Recursos: Informação
9 PRDU/CGQC-34/24 - 19) Proc. nº 01-P-4507/2024, da Diretoria Geral da Administração -
10 Suplementação de recursos no valor de R\$97.406,91 e descontinenciamento de R\$13.831,34
11 para realizar as contratações com aproveitamento de concurso público de 25 (vinte e cinco)
12 Profissionais para Assuntos Administrativos, perfil Técnico em Administração, nível M1A, em
13 jornada de 40 horas semanais - Parecer CVND-19/24 - Recursos: Informações
14 PRDU/GPAEPE-59 e 116/24 - 20) Procs. nº 01-P-4220/2024, 01-P-4240/2024, 01-P-
15 4291/2024, 01-P-4252/2024, 01-P-4257/2024, 01-P-4301/2024, 01-P-4316/2024, da Diretoria
16 Geral de Recursos Humanos - Suplementação de recursos no valor de R\$44.495,30 para realizar
17 as contratações com aproveitamento de concurso público de 10 (dez) Profissionais para
18 Assuntos Administrativos, perfil Técnico em Administração, nível M1A, em jornada de 40
19 horas semanais - Pareceres CVND-20, 21, 22, 23, 24, 25 e 26/24 - Recursos: Informações
20 PRDU/CGQC-92, 93, 96, 94, 95, 97 e 98/24 - 21) Proc. nº 36-P-1285/2024, da Faculdade de
21 Ciências Aplicadas - Descontinenciamento de recursos no valor de R\$4.449,53, para realizar
22 a contratação com aproveitamento de concurso público de 1 (um) Profissional para Assuntos
23 Administrativos, perfil Técnico em Administração, nível M1A, em jornada de 40 horas
24 semanais - Parecer CVND-07/24 - Recursos: Informação PRDU/CGQC-91/24 - 22) Proc. nº
25 02-P-45357/2023, da Faculdade de Ciências Médicas - Contratação com aproveitamento de
26 concurso público de 1 (um) Biologista, nível S1A, em jornada de 40 horas semanais - Parecer
27 CVND-08/24 - Recursos: Informação PRDU/CGQC-90/24 - c) Contratação com Abertura de
28 Processo Seletivo Público Temporário - 23) Proc. nº 27-P-51184/2023, do Hospital da Mulher
29 "Prof. Dr. José Aristodemo Pinotti" - Contratação com abertura de processo seletivo público
30 temporário de 1 (um) Médico Anestesiologista, nível S1B, em jornada de 24 horas semanais,
31 até que seja possível realizar a contratação efetiva através de concurso público, em substituição
32 a servidora desligada em 01.12.23 - Parecer CVND-09/24 - Recursos: Informação
33 PRDU/CGQC-35/24 - 24) Proc. nº 27-P-1673/2024, do Hospital da Mulher "Prof. Dr. José
34 Aristodemo Pinotti" - Contratação com abertura de processo seletivo público temporário de 1
35 (um) Técnico de Enfermagem, nível M1A, em jornada de 30 horas semanais, em substituição
36 a servidora afastada por motivo de licença médica, com início em 06.08.22 - Parecer CVND-
37 10/24 - Recursos: Informação PRDU/CGQC-13/24 - d) Contratação com Aproveitamento de
38 Processo Seletivo Público Temporário - 25) Proc. nº 27-P-51334/2023, do Hospital da Mulher
39 "Prof. Dr. José Aristodemo Pinotti" - Contratação com aproveitamento de processo seletivo
40 público temporário de 1 (um) Enfermeiro, nível S1A, em jornada de 30 horas semanais, em

1 substituição a servidora afastada por motivo de licença médica, com início em 02.06.23 -
2 Parecer CVND-11/24 - Recursos: Informação PRDU/CGQC-10/24 - 26) Proc. nº 27-P-
3 51343/2023, do Hospital da Mulher "Prof. Dr. José Aristodemo Pinotti" - Contratação com
4 aproveitamento de processo seletivo público temporário de 1 (um) Enfermeiro, nível S1A, em
5 jornada de 30 horas semanais, em substituição a servidora afastada por motivo de licença
6 maternidade, com previsão de início em 13.03.24 - Parecer CVND-12/24 - Recursos:
7 Informação PRDU/CGQC-17/24 - 27) Proc. nº 01-P-1138/2024, da Diretoria Executiva de
8 Apoio e Permanência Estudantil - Contratação com aproveitamento de processo seletivo
9 público temporário de 2 (dois) Psicólogos Clínicos, nível S1A, em jornada de 30 horas
10 semanais, até que seja possível realizar as contratações efetivas através de concurso público,
11 em substituição a servidora falecida em 07.07.23 e a servidora desligada em 31.07.23 - Parecer
12 CVND-13/24 - Recursos: Informação PRDU/CGQC-61/24 - 28) Proc. nº 15-P-46792/2023, do
13 Hospital de Clínicas - Contratação com aproveitamento de processo seletivo público temporário
14 de 1 (um) Enfermeiro, nível S1A, em jornada de 30 horas semanais, em substituição a servidora
15 afastada por motivo de licença maternidade, com início em 01.01.24 - Parecer CVND-14/24 -
16 Recursos: Informação PRDU/CGQC-42/24 - C - Carreira de Procurador - Contratação com
17 Aproveitamento de Concurso Público - Deliberação CAD-A-01/2011 - 29) Proc. nº 01-P-
18 4445/2024, da Procuradoria Geral - Descontingenciamento de recursos no valor de R\$3.940,64
19 e suplementação de R\$6.485,11 para realizar a contratação com aproveitamento de concurso
20 público de 1 (um) Procurador de Universidade Assistente, nível 1, em jornada de 40 horas
21 semanais - Parecer CVND-27/24 - Recursos: Informação PRDU/CGQC-99/24 - D -
22 Congregação - Para Homologação - Resolução GR-19/2017 - 30) Proc. nº 10-P-31636/2023,
23 do Instituto de Matemática, Estatística e Computação Científica - Eleições das representações
24 docente, discente e servidores técnico-administrativos, realizadas nos dias 12 a 18.12.23 -
25 Aprovação pela Congregação em 08.02.24 - 31) Proc. nº 36-P-48190/2023, da Faculdade de
26 Ciências Aplicadas - Eleição da representação discente, realizada nos dias 29 e 30.11.23 -
27 Ciência da Congregação em 07.02.24 - E - Área de Prestação de Serviços - Prestação de Contas
28 - Deliberação Consu-A-56/20 - 32) Proc. nº 01-P-2335/1995, do Instituto de Artes - Prestações
29 de contas da área de prestação de serviços "Auditório do IA", relativas aos exercícios de 2020
30 a 2022 - Aprovações pela Congregação em 15.12.22, 14.12.23 e 23.11.23 - F - Convênios,
31 Contratos e Termos Aditivos - a) A ser celebrados - Para Aprovação - Deliberação Consu-A-
32 16/2022 de 07.06.22 - 33) Proc. nº 01-P-41917/2023, do Grupo Gestor de Benefícios Sociais -
33 Convênio - Partes: Unicamp e Banco Bradesco S.A - Executores: Gustavo Henrique Sampaio
34 Araujo, Luiz Carlos Fernandes Junior e Adriana Bueno Stoeberl Pereira - Vigência: 60 meses,
35 retroativo a 28.07.23 - Resumo do Objeto: Estabelecer condições gerais e critérios a serem
36 observados na concessão de empréstimos e/ou financiamentos com pagamento mediante
37 consignação em folha de pagamento aos servidores vinculados que tenham contrato de
38 trabalho/vínculo formalizado e vigente - Parecer: Cacc - 34) Proc. nº 01-P-2705/2024, da
39 Secretaria Executiva de Comunicação - Acordo de Cooperação - Partes: Unicamp e Empresa
40 Brasil de Comunicação S/A - EBC - Executores: Christiane Neme Campos e Cláudia Marques

1 Rodrigues - Vigência: 10 anos - Resumo do Objeto: Adoção de ações conjuntas visando a
2 implantação, operação e a transmissão de Canal para execução do Serviço de Radiodifusão
3 Sonora em Frequência Modulada - FM, na localidade de Campinas/SP, consignado à EBC, com
4 fins exclusivamente educativos - Parecer: Cacc - b) Para Homologação da Aprovação *Ad*
5 *Referendum* do Reitor Deliberação Consu-A-16/2022 de 07.06.22 - 35) Proc. nº 01-P-
6 3062/2019, da Coordenadoria Geral da Universidade - Convênio - Partes: Unicamp/Funcamp
7 e Finep - Executores: Maria Luiza Moretti, Debora Mazza e Teresa Dib Zambon Atvars - Data
8 de Assinatura: 17.12.19 - Vigência: 36 meses - Recursos: R\$829.123,95 - Resumo do Objeto:
9 Transferência de recursos financeiros para a execução do Projeto intitulado "Infraestrutura de
10 pesquisa da Unicamp em áreas temáticas" - Parecer: Cacc - 36) Proc. nº 15-P-22268/2018, do
11 Hospital de Clínicas - Convênio - Partes: Unicamp e União, por intermédio do Ministério da
12 Saúde - Executores: Antonio Gonçalves de Oliveira Filho, José Roberto Matos Souza e Plínio
13 Trabasso - Data de Assinatura: 09.10.18 - Vigência: 23.03.21 - Recursos: R\$300.000,00 -
14 Resumo do Objeto: Aquisição de equipamento e material permanente para unidade de atenção
15 especializada em saúde, visando o fortalecimento do SUS - Informação: Cacc - 37) Proc. nº 01-
16 P-11368/2018, da Reitoria/ Diretoria Geral de Recursos Humanos - 1) - Termo Aditivo 04 ao
17 Convênio de Cooperação Socioeducativa para Profissionalização de Adolescentes - Partes:
18 Unicamp e Centro de Aprendizagem e Mobilização pela Cidadania - CAMPC - Executores:
19 Maria Aparecida Quina de Souza e Everaldo Pinheiro - Data de Assinatura: 25.10.22 -
20 Recursos: R\$2.019.600,00 - Resumo do Objeto: Prorrogar a vigência pelo período de 26.10.22
21 a 25.10.23 - Parecer: Cacc - 2) - Termo Aditivo 05 - Data de Assinatura: 25.10.23 - Recursos:
22 R\$545.733,00 - Resumo do Objeto: Prorrogar a vigência pelo período de 26.10.23 a 25.01.24,
23 ou até a formalização do novo convênio, o que ocorrer primeiro - Despacho: Cacc - 3) - Termo
24 Aditivo 06 - Data de Assinatura: 25.01.24 - Recursos: R\$2.182.932,00 - Resumo do Objeto:
25 Prorrogar a vigência pelo período de 26.01.24 a 25.01.25, ou até a formalização do novo
26 convênio, o que ocorrer primeiro - Parecer: Cacc - c) Para Homologação - Deliberação Consu-
27 A-16/2022 de 07.06.22 - 38) Proc. nº 01-P-11368/2018, da Reitoria/ Diretoria Geral de
28 Recursos Humanos - Termo Aditivo 02 ao Convênio de Cooperação Socioeducativa para
29 Profissionalização de Adolescentes - Partes: Unicamp e Centro de Aprendizagem e
30 Mobilização pela Cidadania - CAMPC - Executores: Maria Aparecida Quina de Souza e
31 Everaldo Pinheiro - Data de Assinatura: 23.10.20 - Recursos: R\$1.640.604,00 - Resumo do
32 Objeto: Prorrogar a vigência pelo período de 26.10.20 a 25.10.21 - Parecer: Cacc - d) Para
33 Homologação - Anteriores à Deliberação Consu-A-12/2018 de 25.09.18 - 39) Proc. nº 15-P-
34 17657/2017, do Hospital de Clínicas - Convênio - Partes: Unicamp e União, por intermédio do
35 Ministério da Saúde - Executores: Antônio Gonçalves de Oliveira Filho, José Roberto Matos
36 Souza e Plínio Trabasso - Data de Assinatura: 04.12.17 - Vigência: 365 dias - Recursos:
37 R\$350.000,00 - Resumo do Objeto: Aquisição de equipamento e material permanente para
38 unidade de atenção especializada em saúde, visando o fortalecimento do SUS - Parecer: Cacc.
39 Ordem do Dia Suplementar: I - A - Carreira PQ - Minuta de Alteração - 01) Proc. nº 01-P-
40 17652/2003 - Proposta de alteração da Deliberação CAD-A-01/19 que institui a Carreira de

1 Pesquisador e dá outras providências - Pareceres CIDP-01/24, PG-3544/23 e 409/24 - B -
2 Programa de Certificação da Universidade - a) Revisões de Certificação - 02) Proc. nº 01-P-
3 28151/2003, da Diretoria Acadêmica - Revisão de Certificação da Diretoria Acadêmica e
4 Organograma - Informações PRDU/GDCE-11 e 63/24 e Parecer CVND-15/24 - 03) Proc. nº
5 01-P-2467/2018, da Diretoria Executiva de Planejamento Integrado - Revisão de Certificação
6 da Diretoria Executiva de Planejamento Integrado e Organograma - Informações
7 PRDU/GDCE-10 e 62/24 e Parecer CVND-16/24 - 04) Proc. nº 01-P-483/2004, da Pró-Reitoria
8 de Desenvolvimento Universitário - Revisão de Certificação da Pró-Reitoria de
9 Desenvolvimento Universitário e Organograma - Informações PRDU/GDCE-03 e 60/24 e
10 Parecer CVND-17/24 - 05) Proc. nº 01-P-484/2004, da Pró-Reitoria de Pós-Graduação -
11 Revisão de Certificação da Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Organograma - Informações
12 PRDU/GDCE-09 e 61/24 e Parecer CVND-18/24 - b) Alteração da Tabela de Gratificações -
13 06) Proc. nº 01-P-18408/2017 - Proposta de alteração do Anexo II da Deliberação Consu-A-
14 16/19, que dispõe sobre a Tabela de Gratificações de Representação, com o acréscimo de
15 funções gratificadas decorrentes da aprovação das certificações da Diretoria Geral de Recursos
16 Humanos, Prefeitura, Pró-Reitoria de Graduação, Secretaria Geral, Diretoria Executiva de
17 Apoio e Permanência Estudantil, Diretoria Executiva de Ensino Pré-Universitário, Diretoria
18 Executiva Tecnologia da Informação e Comunicação, Procuradoria Geral, e considerando
19 também as certificações da Diretoria Acadêmica, Diretoria Executiva de Planejamento
20 Integrado, Pró-Reitoria de Desenvolvimento Universitário e Pró-Reitoria de Pós-Graduação
21 (que constam desta Pauta) - Parecer PG-377/24, Informações Aeplan-355/24 e 356/24 e
22 Pareceres COP-Consu-03/24 e CLN-03/24. O MAGNÍFICO REITOR passa ao item 01 da
23 Ordem do Dia – Proc. nº 01-P-6781/1986 –, que trata: 01) da nomeação de Edwiges Maria
24 Morato na Parte Permanente do QD, como Professora Titular, nível MS-6, em RTP, na área de
25 Neurolinguística, no Departamento de Linguística do Instituto de Estudos da Linguagem; 2) da
26 aplicação do RDIDP. O concurso foi homologado pela Cepe em 06.02.24. Destaque do
27 professor Francisco Fonseca. O Conselheiro FRANCISCO DA FONSECA RODRIGUES diz
28 que sua intenção com o destaque é apenas louvar o trabalho da professora Edwiges, que salvou
29 a sua mãe no trabalho que ela conduziu, ou conduz talvez ainda, no Centro de Convivência de
30 Afásicos da Unicamp. Sua mãe teve um derrame em 1999 e foi tratada na FCM, depois disso
31 ela fez um acompanhamento no CCA, ela tinha afasia, e a professora Edwiges e sua equipe
32 conduziram um trabalho de recuperação da fala e de reinserção social. Às vezes as pessoas não
33 sabem que a Unicamp faz isso, e é uma coisa tão bonita; conviveu com a professora Edwiges
34 nesses anos todos, nesse tratamento da sua mãe, e só tem a agradecer a ela e à Unicamp por
35 isso. O MAGNÍFICO REITOR diz que conhece a professora Edwiges há muito tempo, e
36 aproveita para elogiá-la pela gestão que ela está fazendo à frente da Editora da Unicamp, uma
37 ação muito firme fazendo parcerias, com uma edição grande de livros, então um caminho muito
38 positivo para a editora. O item destacado trata do concurso dela, mas acha bom reconhecer esses
39 outros aspectos das atividades que os professores desempenham. Não havendo mais
40 comentários, submete à votação a matéria, que é aprovada por unanimidade. Passa ao item 07

1 da Ordem do Dia Suplementar – Proc. nº 01-D-50813/2022 e 01-D-12349/2022 –, que trata de:
2 a) Terceira Revisão do Orçamento 2023, com Demonstrativo Receita/Despesa; b) Atualização
3 do Plano Plurianual de Investimentos – PPI. Passa a palavra ao professor Fernando Sarti. O
4 Conselheiro FERNANDO SARTI diz que as revisões orçamentárias são fundamentais para a
5 Universidade, uma vez que recebem uma autorização orçamentária com muita antecedência.
6 Para terem uma ideia, em agosto de 2024 começará a ser preparada na Secretaria da Fazenda
7 do Estado a distribuição orçamentária para 2025. Então se faz isso com muita antecedência e
8 obviamente, tratando-se de receitas e mesmo de despesas, há vários fatores que podem
9 influenciar essas expectativas e a evolução dessas receitas. Receberam no final do ano passado
10 essa dotação orçamentária, que na verdade é uma autorização de quanto a Universidade poderia
11 distribuir de recursos para as suas atividades tanto de custeio, quanto de folha, como de
12 investimento. Na previsão inicial da Secretaria, colocada em final de 2023, havia uma
13 expectativa de arrecadação de R\$150 bilhões para 2024, e observa que a previsão de 2023
14 também era de R\$150 bilhões, mas acabou ficando em R\$144 bilhões. Portanto, pela própria
15 questão do tempo, são necessárias essas revisões, porque vão acertando essa distribuição, tanto
16 do ponto de vista da distribuição das receitas quanto das despesas. Embora seja um pouco
17 técnico, acha importante que as conselheiras e os conselheiros entendam que o estado fornece
18 uma autorização de gasto, que pode ser aumentada ou reduzida a depender da evolução dessa
19 arrecadação ao longo do período. Iniciaram este ano com uma previsão de que a parte que
20 caberia à Universidade seria de R\$3,304 bilhões, correspondentes a 2,1958% do ICMS quota-
21 parte do estado, que é a toda a arrecadação do ICMS do estado reduzida em 25%, porcentagem
22 essa transferida aos municípios, além de uma parcela que vai para a construção de moradias, e
23 com isso sobram aproximadamente 75%. É sobre esse valor que as universidades têm 9,57%, e
24 desses a Unicamp tem 2,1958%. Fora isso, a Universidade tem também receitas próprias, sendo
25 uma parte o rendimento financeiro das reservas, além de alguma arrecadação que se faz de
26 emendas parlamentares, sobretudo para a área da Saúde. E há também alguns recursos gerados
27 quando cobram, por exemplo, entrada no restaurante universitário e outras receitas, ainda que,
28 em geral, todas essas sejam subsidiadas. Com isso, os recursos próprios previstos são da ordem
29 de R\$3,5 bilhões, mas isso pode e vai sendo modificado no período. Quando fizeram a revisão
30 orçamentária, já tiveram uma previsão que se reduziu, que já não seriam mais os R\$150 bilhões
31 para 2023; vão acompanhando mensalmente, pela entrada, qual vai ser essa nova previsão e já
32 adequaram isso na segunda revisão orçamentária. Saíram, no início do ano, com uma previsão
33 de receita e tiveram que adequar a despesa com essa receita, saindo de um zero a zero; a
34 expectativa era virar 2023 com um saldo zerado. Na segunda revisão, já tinham, até por conta
35 dessa contração nas expectativas de receita e algumas despesas que vão aparecendo, uma
36 previsão de R\$270 milhões de saldo negativo. Fecharam o ano não com os R\$270 milhões, mas
37 com R\$46 milhões de déficit. Apareceu uma confusão importante na COP, que lhes tomou
38 algum tempo, mas vai retomar essa discussão aqui na CAD porque acha importante, e depois o
39 senhor Thiago pode detalhar. No orçamento 2023, aparece a reserva financeira, que vai explicar
40 o que significa. Além daquela receita orçamentária de 2,19% da arrecadação de ICMS, mais as

1 receitas próprias da Universidade, há recursos que já foram distribuídos, embora não tenham
2 sido ainda empenhados nem executados, e vão para o próximo período. Precisam se atentar ao
3 fato de que esses recursos já possuem destinação, e nos anexos 1 e 2 constam os recursos
4 aprovados em anos anteriores, creditados às unidades, e ainda não executados. São recursos da
5 Reitoria, de todas as unidades de ensino, de todos os órgãos da Universidade, totalizando R\$126
6 milhões. Estão descritos também os recursos que já foram destinados para as ações da
7 Universidade, desde o Planes, saldos com editais, saldos com investimentos da Depi, e assim
8 por diante, que totalizam R\$150 milhões. Tudo isso somado é o que fica colocado ali como
9 restos a pagar, em outros termos, que na verdade é um recurso que não pôde ser ainda
10 empenhado e executado, mas que já está comprometido. Então, isso não pode ser entendido
11 como superávit, até porque repetem e jogam esses recursos para o ano seguinte, como
12 colocaram agora em 2024, inclusive na expectativa de que este ano eles possam ser
13 devidamente empenhados e executados, mas eles já estão carimbados. Então surgiu essa
14 confusão dentro da COP e achou importante esclarecer aqui às conselheiras e aos conselheiros
15 que esse recurso, que está em torno de R\$280 milhões, não é superávit. O resultado do exercício
16 de 2023, entre a receita do tesouro, a receita própria e toda despesa efetuada, é um déficit de
17 R\$46 milhões. Na sequência vão falar da tão comentada reserva da Universidade e os critérios
18 em que ela está distribuída. Ela possui quatro destinações, uma delas é aquela reserva de
19 precaução na qual separam três folhas de pagamento para situações emergenciais, situações de
20 crise financeira, o que esperam que não ocorra em 2024, embora lembre que o orçamento de
21 2024 prevê para o final do ano um déficit de R\$400 milhões. Então, evidentemente, se isso se
22 concretizar, terão que usar recursos da reserva. Observa que em 2023 havia uma previsão de
23 déficit de R\$270 milhões que não se realizou, pois nem todos os gastos se realizaram, e o déficit
24 foi apenas de R\$46 milhões. Outra parte da reserva é o recurso que destinaram ao apoio e
25 permanência estudantil, basicamente moradia, que são recursos que vieram a partir da venda da
26 folha de pagamento para o Banco do Brasil. Esses recursos foram destinados integralmente para
27 a moradia, tanto na expectativa da reforma quanto na expectativa da compra do terreno anexo
28 à moradia atual. E a terceira destinação dos recursos é o Plano Plurianual de Investimentos –
29 PPI. Obviamente aquele recurso a que fez referência antes, que não foi ainda empenhado e
30 executado, está aplicado e está dentro desse saldo, mas isso não quer dizer que ele é um
31 superávit. Passa a palavra ao senhor Thiago. O senhor THIAGO BALDINI DA SILVA diz que
32 após essa discussão na COP, foi solicitada pelos membros uma alteração no texto da revisão
33 para facilitar esse entendimento nas próximas instâncias, por isso há a Informação Aeplan nº
34 368 citada pelo senhor Reitor no *site* da SG, que deixa mais claro tudo isso que o professor
35 Fernando acabou de explicar sobre déficit e sobras de dotação. Todas as alterações que
36 aparecem nessa nova informação da Aeplan constarão de sua apresentação aqui. A terceira
37 revisão orçamentária é o fechamento orçamentário do que de fato aconteceu em 2023, após
38 todas as previsões. Muito do que será apresentado é baseado na proposta orçamentária aprovada
39 pelo Conselho Universitário. O professor Fernando já informou que na prestação de contas com
40 o governo recebem uma dotação orçamentária para poder gastar durante o exercício, e vai

1 mostrar, na segunda parte, o que causa um pouco de confusão desse saldo positivo de dotações,
2 apresentando o orçamento que fechou frente ao que foi aprovado inicialmente. Fecharam o ano
3 de 2023 com um déficit financeiro de R\$46 milhões, essa é a diferença entre as receitas e as
4 despesas da Universidade, que realmente foram executadas em 2023, sendo que o total das
5 despesas fica em 110% das receitas do Tesouro do Estado, que é a quota-parte de ICMS. Mas
6 na junção de todas as receitas, as receitas da Universidade terminaram o ano em quase R\$80
7 milhões abaixo do estimado inicialmente, com uma perda de 2,25%. Entrando somente no
8 ICMS, o professor Fernando já explicou bem isso, iniciaram o ano com R\$150,5 bilhões de
9 arrecadação prevista para o Estado, na quota-parte estadual, que já foram reduzidos na primeira
10 e na segunda revisão orçamentária para R\$144,1 bilhões, e ao final do exercício se realizaram
11 apenas R\$140,05 bilhões. Para a Unicamp, essa queda significa uma receita menor em R\$141
12 milhões. Com as compensações das diferenças, entre o que foi pago em 2022 e o que realmente
13 era a quota-parte no exercício, receberam em 2023 R\$122 milhões a menos de quota-parte do
14 ICMS, frente ao que estava na LOA estadual. Mostra um gráfico onde fica claro que as receitas
15 de 2023, com base na arrecadação estadual, são muito inferiores às dos anos anteriores, estão
16 8% menor do que receberam em 2021. Essa queda se deve muito ao impacto das reduções da
17 alíquota de ICMS, e agora a Universidade se encontra em um novo patamar de arrecadação,
18 inferior à dos últimos dois anos. Esse novo patamar é o mesmo que se apresentou para 2024,
19 então imaginam que a arrecadação de 2024 já está prevista em um patamar inferior aos anos de
20 2021 e 2022, muito na média de 2023. Lembra que em 2023, a previsão de R\$150 bilhões era
21 um número próximo do que haviam recebido em 2022, então a previsão de 2023 já apresentava
22 nenhum crescimento real e ela se realiza menor ainda. Além desses recursos que entram na
23 Universidade por quota-parte, ela também recebe alguns recursos extra quota-parte; houve
24 alguns recursos apresentados para os hospitais, vindos da Secretaria Estadual de Saúde, mas o
25 que traz de novidade nesse fechamento são os R\$20,7 milhões que foram executados de
26 recursos de emendas parlamentares impositivas e transferências voluntárias. No exercício
27 tiveram R\$21,5 milhões de emendas aprovadas, mas até por essas emendas virem por itens
28 específicos, em alguns casos não conseguem fazer a execução total delas. Se entra um recurso
29 para a aquisição de um equipamento e o equipamento é comprado por um valor menor, essa
30 sobra de recurso não consegue ser executada, então é por isso que mostra essa redução um
31 pouco menor, lembrando que entra tanto na receita como em uma despesa equivalente nos
32 projetos especiais. Além dessas receitas, a receita própria da Universidade apresenta um
33 crescimento, que foi ocorrendo durante o ano, e este fechamento apresenta um valor um pouco
34 superior à segunda revisão. É importante frisar que grande parte desse crescimento é baseado
35 nas aplicações financeiras, nos rendimentos dos valores em banco, só que com a taxa de juros
36 básica da economia sendo reduzida, esse valor tende a diminuir daqui para frente. No final do
37 ano já houve alguma redução, mas que não aparece no valor anual, o que fez com que a receita
38 própria tivesse um crescimento durante o exercício, fechando naquela perda de R\$80 milhões
39 de arrecadação. Já as despesas totalizaram R\$3,5 bilhões, 8,49% abaixo do estimado
40 inicialmente. Mostra uma tabela que faz parte da nova Informação Aeplan, de número

1 368/2024; ela já mostrada na COP, onde acabaram não falando que a tabela seria incluída na
2 votação, por isso a traz novamente para nesta votação ser incluída, se a Câmara assim desejar:
3 ela apresenta quantas pessoas tiveram admissão, demissão, o número de aposentadorias e de
4 falecimentos de ativos e inativos. Entrando nas despesas, de fato, traz um fechamento entre o
5 que havia sido aprovado inicialmente e o que realmente aconteceu na revisão: valores de pessoal
6 aumentam frente ao aprovado inicialmente, mas são menores do que o que estava na segunda
7 revisão, principalmente porque muitas das contratações não aconteceram nesse período ou
8 vieram a acontecer somente no final do exercício e não no prazo que haviam estimado. Despesas
9 com sentenças judiciais sofreram redução basicamente porque não havia pagamentos; pagam
10 todas as despesas do período, mas a estimativa estava superior ao que de fato se realizou.
11 Despesas de utilidade pública e despesas de restaurante tiveram redução realmente por uma
12 utilização menor, então no quantitativo as despesas de utilidade públicas foram estimadas acima
13 do que realmente se realizou. No caso dos restaurantes, a redução apresentada tem relação
14 também com a aplicação do vale-refeição, pois havendo menos refeições subsidiadas, o custo
15 dos restaurantes é menor. Em despesas contratuais, a redução se deve apenas aos itens que
16 entram como previsão por gastos estimativos e não realizados no exercício. Nos programas de
17 apoio, o aumento é devido a transferências de recursos entre os grupos de despesas; manutenção
18 das atividades existentes apresenta um grande crescimento, ao passo que os projetos especiais
19 sofreram uma queda. Em manutenção das atividades existentes, como já foi apresentado nas
20 últimas revisões, não houve nenhuma aprovação nova de recursos de custeio para as unidades,
21 mas há toda a transferência dos recursos que entraram extra quota-parte e também as
22 suplementações de recursos ao HC, para cobertura do déficit de custeio. Esse recurso é
23 aprovado em projetos especiais, só que ele é transferido para o custeio para ser executado. Nos
24 projetos especiais, muito dessa redução é porque no início do ano entram com uma alínea de
25 uma reserva de contingência, para aplicação do pagamento do reajuste da data-base, esses
26 valores saem daqui, vão para o Grupo I, e por isso a redução. Em despesas custeadas com
27 receitas próprias, a redução ocorre basicamente pela transferência para outro grupo de despesas.
28 Em seguida, entra no Grupo X, dos créditos a conceder/valores não empenhados, que inicia o
29 exercício de 2023 com recursos de R\$292 milhões para serem gastos em 2023, e para manter o
30 zero a zero da proposta, entra tanto como receita como despesa. Vai mostrar à frente de onde
31 surgem os R\$46 milhões de saldo positivo, como está no novo texto, que é o que havia sido
32 aprovado inicialmente e não executado durante o exercício de 2023. Veem a redução da receita,
33 a redução das despesas conforme apresentado na tabela anterior, de R\$325 milhões, e chegam
34 nesses R\$246 milhões positivo. Explica de onde saem esses R\$246 milhões: iniciaram o ano
35 com receita e despesas no mesmo valor, de R\$3,836 bilhões, essas eram as despesas com a
36 inclusão do Grupo X, que são as despesas aprovadas em anos anteriores, mas para a manutenção
37 do equilíbrio, lançam também nas receitas os R\$292 milhões como uma receita do exercício,
38 que não seria uma receita nova, seria um recurso da reserva financeira aprovado pelo Consu
39 para a utilização no exercício de 2023. As receitas novas são os R\$3,544 bilhões; no final do
40 exercício fecham com a arrecadação em R\$3,464 bilhões, e nas despesas apresentam R\$3,5

1 bilhões, então essa em diferença entre receitas e despesas gera o déficit de R\$46 milhões, que
2 é o que acaba reduzindo o saldo financeiro. Se pegarem os R\$292 milhões aprovados pelo
3 Consu para utilização no exercício de 2023 e reduzirem o déficit, chegam naqueles R\$246
4 milhões de saldo não executado durante o exercício. O termo deixava um pouco essa dúvida,
5 mas de fato possuem um déficit no exercício, e apresentam aqui um saldo de dotação de
6 aprovações que não se executaram no exercício. Lembra que apresentaram uma dotação não
7 executada de R\$246 milhões, mas já levaram R\$276 milhões para 2024. Fizeram uma mudança
8 no texto, até para facilitar um pouco para quem está lendo pela primeira vez; deixam claro que:
9 “ao final da execução orçamentária de 2023, o balanço demonstrativo de receitas e despesas
10 apresentou um déficit de R\$46 milhões, e considerando as despesas e investimentos já
11 autorizados em anos anteriores, no valor de R\$292,2 milhões, que ainda não foram executados
12 no exercício corrente, há um saldo positivo de R\$246 milhões”. É importante ressaltar, como o
13 professor Fernando já falou, que esse saldo positivo se deve à não realização de despesas já
14 aprovadas, portanto ele já tem um objeto, um destino, e não pode ser destinado para financiar
15 quaisquer outras despesas. Qualquer outra despesa aprovada seria uma nova aprovação, que
16 pode entrar tanto no PPI como no orçamento de 2024. O saldo financeiro ao final de 2023, em
17 valores nominais, encontra-se menor do que no final de anos anteriores. Essas são as alterações
18 que apresentam na nova informação, e deixam a critério da CAD a sua aprovação para seguir
19 algo um pouco mais facilitado em termos de entendimento para o Conselho Universitário. O
20 último dado apresentado na revisão é um comparativo entre o comprometimento das receitas
21 do Tesouro do Estado, tanto com o pessoal quanto com as despesas totais da Universidade.
22 Verificam que ele vem caindo, de 2019 até 2021, muito em razão da lei complementar 173, que
23 impedia principalmente reajustes em Pessoal. Em 2022 e 2023 essa curva se alterou,
24 principalmente pela aplicação dos reajustes salariais, que fizeram a recomposição do que faltava
25 dos últimos cinco anos, e contratações e progressões aprovadas no exercício. Com isso,
26 terminam 2023 com 110% de comprometimento das despesas frente às receitas do Tesouro do
27 Estado. Esse foi o texto da revisão. Como consta na pauta da CAD este item como tópicos a) e
28 b), passa na sequência a falar um pouco do Plano Plurianual de Investimentos. Vai passar
29 rapidamente pelos critérios, pois já foram citados pelo professor Fernando. O primeiro critério
30 fundamental são as três folhas salariais para uma reserva financeira de segurança; o segundo
31 critério é o de continuidade e eficiência administrativa, que é o Grupo X, os valores para garantir
32 as aprovações já feitas pelo Consu às unidades; o terceiro critério é a responsabilidade social,
33 que são os recursos que estão sendo destinados para permanência estudantil, aplicação na
34 moradia estudantil; e o quarto é o planejamento estratégico, contemplado pelo PPI. Fazendo
35 uma atualização do saldo financeiro, diz que no final de 2022 o saldo era de mais de R\$1,7
36 bilhão, e fecham o ano de 2023 com R\$1,658 bilhão em caixa. Apresenta um gráfico que mostra
37 que, em 2021, houve um aumento forte do saldo; em 2022, começa a distribuição desses
38 recursos frente ao PPI, com a aprovação desses critérios, e 2022 continua com um acúmulo de
39 recurso; mas em 2023 já acontece a mudança no cenário, e esses recursos terminam o exercício
40 menores do que iniciaram, por dois motivos. O primeiro é que já haviam sido executados em

1 31 de dezembro de 2023 quase R\$50 milhões dos recursos aprovados no PPI, e um déficit
2 consumido mostrado nesta terceira revisão. Quando atualizam os valores, verificam que o item
3 de reserva de segurança, em razão do aumento da folha salarial, também sobe, indo para R\$790
4 milhões, e os valores para o PPI se reduzem e vão para R\$514 milhões. As aprovações feitas
5 pelo PPI giram em torno de R\$480 milhões, dos quais R\$50 já foram executados, então o saldo
6 para planejamento estratégico é apresentado como R\$430 milhões que já foram
7 comprometidos, já têm destinação, obra, investimento específico, e atualmente ele possui um
8 saldo livre de R\$84 milhões. Mantendo a configuração total desses critérios, com três folhas
9 salariais de reserva de segurança, são R\$84 milhões livres para destinar para novas aprovações.
10 Coloca-se à disposição para qualquer questionamento. O Conselheiro FERNANDO
11 AUGUSTO DE ALMEIDA HASHIMOTO diz que vai reforçar um pouco o pedido do IA, que
12 foi feito na COP, já conversou com o professor Sarti em outras oportunidades, e tem
13 acompanhado a distribuição principalmente do PPI, que tem sido uma ferramenta muito
14 interessante para a Universidade e para a programação das unidades. Tem um pouco de
15 preocupação de que esse saldo de R\$84 milhões continue este ano com essa expectativa. Há
16 nessa lista um prédio do IA, que é muito importante para o Instituto, que espera por ele há nove
17 anos na lista de prioridades, desde que a Depi foi criada, há cerca de seis anos. Agora ele entrou
18 nessa lista, a Reitoria já forneceu o montante para a contratação do projeto, que terminou alguns
19 meses atrás, e agora está em parte final de revisão pela Depi. Reforça esse pedido novamente,
20 essa atenção, pois o Instituto de Artes tem uma carência histórica das estruturas físicas. Apesar
21 de ser uma das unidades mais antigas da Universidade, ainda padece com esse problema, e
22 talvez o mais famoso seja o Paviartes, que inclui dois cursos do Instituto de Artes, mas é um
23 instituto muito grande, com várias demandas, é como se houvesse cinco faculdades em uma
24 única unidade. Ele está entre as seis maiores unidades da Unicamp em número de docentes,
25 funcionários e alunos, mas em um espaço muito limitado. Para quem conhece um pouco das
26 universidades fora do país, ou até mesmo das federais brasileiras, ou ainda as irmãs de São
27 Paulo, Unesp e USP, que recentemente reformaram e fizeram prédios novos em seus Institutos
28 de Artes, sabe que para terem uma sala adequada é preciso ter um investimento. Não fizeram
29 isso aqui nesses anos todos, então veem a oportunidade agora de ter um pouco dessa melhoria,
30 por isso reforça o pedido de atenção. Na verdade, o que criou muita expectativa foi a última
31 lista da Depi, em que ela indica alguns prédios que estão já com o processo bem adiantado, que
32 é o caso desse prédio do Instituto de Artes. Pede que continuem com essa mesma política de
33 distribuição, entende que as coisas são ligadas, se há um aumento salarial atinge uma outra
34 parte, aprovam aqui, como diz o professor Sarti, um orçamento que tem um déficit, mas não há
35 como tirar os investimentos em permanência estudantil, como tirar investimentos nas várias
36 ações de extensão, ou como não aprovar uma suplementação no Hospital, então fazem uma
37 decisão consciente aqui de que esses pontos são importantes, vestem a camisa coletivamente e
38 nem pensam em não aprovar esses pontos devido à importância que eles têm. Da mesma
39 maneira, coloca nessa balança um pedido que é um prédio de estrutura física. Quem não
40 conhece uma aula de trombone em seis metros quadrados, convida a participar, tem certeza de

1 que vai pedir adicional de insalubridade logo em seguida. Não veem nenhuma cirurgia sendo
2 feita nas ruas, em torno do Hospital, da FCM, mas se forem agora no IA vão ver pelo menos
3 umas 20 pessoas com trompete, trombone, percussão andando pelo sol. Esperaram por nove
4 anos, não fizeram nenhum movimento político para tentar acelerar isso, ficaram esperando, de
5 fato, acreditando que as instâncias podem decidir o que é melhor, quais são as prioridades.
6 Então, quando aparecem em primeiro lugar na lista e veem esse enxugamento dos recursos,
7 ficam muito preocupados, então reforça novamente o pedido e se coloca à disposição para mais
8 informações ou, se for necessário, mais um dossiê, que prontamente podem entregar à Reitoria.
9 O Conselheiro HERNANDES FAUSTINO DE CARVALHO diz que na COP o documento do
10 fechamento estava mais claro. Na COP também defendeu as obras que estão planejadas pela
11 Depi para serem feitas no Instituto de Biologia, que são extremamente importantes. À
12 semelhança do Instituto de Artes, o IB possui o Pavizoo, que acabou de sofrer um princípio de
13 incêndio e tem inundações constantes, então as obras que foram dimensionadas pela Depi, que
14 estão nesse documento mencionado pelo professor Fernando Hashimoto, são muito importantes
15 para o Instituto de Biologia no futuro. Na COP também mencionou a importância do PPI para
16 quem dirige as unidades e consegue perceber que o PPI garante que as propostas de obras serão
17 estendidas para os exercícios seguintes, e não serão extintas naquele ano. Aproveita para apoiar
18 um reforço na Depi, porque o histórico de execução de obras era de R\$4,5 milhões por ano, e
19 passaram a executar R\$48 milhões. Existe um valor alocado para execução de R\$400 milhões,
20 então são duas ordens de grandeza de capacidade de execução. Se a Depi passou de R\$4 milhões
21 para mais de R\$40 milhões e tem R\$400 milhões para serem aplicados, significa que a Depi
22 está trabalhando no máximo da sua capacidade e não tem condições de processar mais. Em seu
23 primeiro ano de mandato no Instituto de Biologia, alocou 60 pedidos de reformas na Depi, o
24 que não é pouco, mas é compatível com um prédio que tem 1.500 pessoas circulando
25 diariamente, e cujos 50 anos serão comemorados em setembro. Então é um prédio antigo, que
26 não possui condições de acessibilidade e de segurança. A Depi precisa de reforço, porque senão
27 não conseguirão executar esse recurso que está sendo previsto pelo PPI. O Conselheiro
28 DIRCEU NORILER diz que já havia ficado claro no documento original que o exercício teve
29 um déficit real de R\$46 milhões. Pergunta qual é o valor executado em 2023 que corresponde
30 aos investimentos do PPI; se foi em torno de R\$50 milhões, como coloca o senhor Thiago,
31 tiveram então um resultado de equilíbrio quando olham a operação da Instituição. Pergunta se
32 essa sua compreensão é correta ou não. Reforça o pedido do professor Hernandez, e diz que
33 assim como o IB e o IA, a FEQ também carece de algum investimento em obras. A Faculdade
34 já tem, inclusive, aprovado um prédio para apoio à graduação e à pós-graduação,
35 essencialmente para o ensino, e carece bastante também de apoio na melhoria da acessibilidade
36 da unidade. Para terem ideia, há professores que não conseguem mais acessar algumas de suas
37 salas, porque tem restrição de acesso em função de idade, de mobilidade, e o prédio não possui,
38 por exemplo, elevador que possa dar acessibilidade a esses professores e também a discentes
39 que eventualmente precisem acessar alguma área sem acessibilidade. Então, reforça a colocação
40 do professor Hernandez de que, se possível, fortaleçam a Depi para que essa capacidade de

1 execução dos investimentos dentro do PPI possa ser ampliada. O Conselheiro RICARDO
2 MIRANDA MARTINS reforça a fala dos colegas de aumento da equipe da Depi; estão fazendo
3 obra nos sanitários do Imecc, e algo que nunca imaginou ter que fazer como diretor é ter que
4 fiscalizar obra de banheiro. Mas fez isso e inclusive já descobriu até erros no projeto, e percebe
5 a dificuldade que é às vezes até para conseguir uma reunião, porque as obras não são
6 administradas pelas unidades, é a Depi quem faz a intermediação, então sempre têm que
7 terceirizar isso. O que é bom, porque na maioria das unidades não tem engenheiro, mas
8 complica um pouco o processo. Aproveita para elogiar o senhor Juliano nas ações como Prefeito
9 do *Campus*, acha que ele está fazendo bastante coisa, mas observa que atrasaram em uma
10 semana o corte de grama do *campus*; os calouros chegaram com o *campus* meio feio. Entende
11 o problema do contrato, e aproveita para perguntar sobre os novos contratos que estão fazendo
12 tanto para corte de grama como para manutenção. Acha que isso tem alguma coisa a ver também
13 com essa questão da Depi, porque muita coisa às vezes cai na Depi mas poderia ser resolvida
14 com manutenção. No fim do ano, foram feitas apresentações de um novo esquema de
15 atendimento, então gostaria de saber como está. Sobre o item em questão, estava na COP como
16 convidado e achou que na tentativa de explicar que não houve superávit ficou meio confuso,
17 porque de uma hora para outra desaparecem os R\$292,25 milhões em uma tabela, isso zera, e
18 ele é o dinheiro que volta para as unidades. O anexo 1, com os recursos aprovados em anos
19 anteriores e não executados, sempre esteve no orçamento, não é uma coisa desta Reitoria,
20 inclusive, sempre nas revisões orçamentárias ele esteve lá. Quem é diretor está acostumado a
21 que no fim do ano seu saldo seja zerado, recolhido, e no segundo dia útil do ano seguinte o
22 saldo é devolvido, porque recebem recurso em um ano para fazer uma obra, para tocar um
23 projeto, para dar uma bolsa, e não conseguem executar aquilo naquele ano por muitos
24 problemas. Se for uma obra, podem precisar de uma década ficando com o dinheiro guardado
25 para fazer, e não está exagerando, há obras que demoram muito mais que 10 anos aqui. Recursos
26 de edital, por exemplo, do edital Alegria que a PRG tem lançado, recursos de curricularização
27 da extensão, entraram nas unidades no fim do ano passado, foram recolhidos e depois foram
28 devolvidos. Eles aparecem de forma meio artificial, portanto não podem contar isso como
29 superávit da Universidade. E não podem gastar esse dinheiro, porque ele já foi concedido.
30 Quando falam em recurso aprovado e não executado, acha que muitas pessoas entendem isso
31 como incompetência do gestor para executar o recurso, mas não é isso, o recurso às vezes é
32 concedido em um ano por um edital que vale para mais que um ano mesmo. Então é recurso
33 que não foi executado ainda ou está em execução, por isso precisam tomar um pouco de
34 cuidado. O Conselheiro FELIPE MACHADO SAVEDRA solicita uma atenção para o *campus*
35 de Limeira, que hoje está em uma situação bem complicada. Por exemplo, em relação a corte
36 de grama, hoje estão com a grama absurdamente alta e esse corte não é feito com frequência.
37 Já apareceu até capivara dentro do *campus*, e algumas pessoas que frequentaram uma parte
38 onde elas estavam, próximo das quadras, tiveram algumas manchas vermelhas no corpo. Acha
39 que isso é um caso realmente muito sério. Também possuem muitos problemas, por exemplo
40 falta de laboratórios, falta de moradia estudantil, os alunos que chegam de fora encontram essa

1 dificuldade de conseguir estar dentro da Universidade por conta disso. Recentemente, houve a
2 aprovação do ônibus circular no *campus* de Limeira, mas ele não passa em muitos pontos
3 importantes. Os dois cursos de Engenharia, de Produção e Manufatura, não possuem
4 laboratório, os alunos precisam ir até o centro da cidade para conseguir terminar o curso, porque
5 utilizam o laboratório do Senai. Para o curso de Ciência do Esporte, não há nenhuma quadra
6 adequada, somente três pequenas quadras e não existe aula prática dentro da Universidade, os
7 alunos também precisam se deslocar até um clube. Portanto, é difícil para esses alunos estudar,
8 concluir os seus cursos estando longe da estrutura do *campus* de Campinas. O MAGNÍFICO
9 REITOR observa que até recentemente o pessoal da Faculdade de Engenharia Mecânica, que
10 fica no *campus* de Campinas, também usava o Senai. Inclusive, quem havia estudado no
11 Técnico em Mecânica do Cotuca, como já tinha tido aula no Senai, não precisava mais fazer,
12 tinha equivalência. Alguns de seus professores, que foram alunos da Unicamp, tiveram aula na
13 Praça da Paz, ao ar livre, então são histórias da Unicamp. Se esperarem atingir as condições
14 ideais, nunca abrem curso. Isso não significa que a reclamação não é válida, mas observa que
15 Limeira foi o lugar onde mais empregaram recursos do PPI, cerca de R\$100 milhões, só que a
16 empresa não começou a construção, não montou nem a estrutura para começar a obra, está
17 sendo rompido o contrato e terão de fazer nova licitação. Portanto, há questões que fogem ao
18 controle da Universidade. O Conselheiro FERNANDO SARTI agradece pelas perguntas, que
19 dão a possibilidade de detalharem um pouco mais. Nem sempre conseguem ser didáticos, e
20 entende que essa tecnicidade realmente incomoda, não é trivial. As receitas do exercício são
21 duas, receita do tesouro e receita própria, e entre o que tinham projetado e o que receberam,
22 descontado nas despesas efetuadas nesse exercício, isso dá um déficit de R\$46 milhões. Pegam
23 todos os recursos que tinham sido autorizados nos outros exercícios e que não foram gastos,
24 pois não conseguem executar todos esses recursos, e jogam para o próximo exercício. Mas
25 jogam com a expectativa de que isso vai virar uma despesa, e já colocam o recurso como receita,
26 então fica zero a zero. Se quiserem saber exatamente qual foi o saldo do exercício, é só olhar
27 receita a própria, mais RTE e a despesa, não precisa contabilizar isso. A confusão que aconteceu
28 na COP foi que ficaram olhando para esses recursos que não foram executados achando que
29 eles estavam disponíveis, inclusive chegou a haver proposta de utilizá-los para outras coisas.
30 Deixaram muito claro que aquele recurso não pode ser duplamente destinado. Então, o déficit
31 foi de R\$46 milhões, aquele recurso que trouxeram anteriormente foi de R\$292 milhões, R\$292
32 milhões menos R\$46 milhões dá os R\$246 milhões. A questão do investimento está detalhada
33 no documento; partiram de um saldo do PPI de cerca de R\$550 milhões, e reforça os elogios
34 ao fato de a Universidade conseguir saltar de uma execução de investimentos de R\$5 milhões
35 para R\$40 milhões. É o papel da Depi e também da Prefeitura, inclusive nas tabelas constam
36 onde foram gastos exatamente esses recursos. É um salto, mas ainda é insuficiente, dada a
37 carência que a infraestrutura da Universidade acumulou durante várias décadas. Precisam,
38 realmente, ter uma política mais ativa de investimento, e até para agilizar isso, procuraram,
39 junto com a Depi, fazer a parceria com a Caixa Econômica Federal, que tem sido muito bem-
40 sucedida. Mas a Caixa tem limites de atuação; ela pode ajudar no acompanhamento, na

1 mensuração das obras, mas ela não faz os projetos para a Universidade. Há uma expectativa
2 que a senhora Lina, da DGA, trouxe de que, com a nova lei de licitação, a própria empresa que
3 faz o projeto executivo possa executá-lo. Isso é uma mudança importante, pois é algo que não
4 era previsto na lei anterior. Também há uma expectativa de que isso vai, de alguma maneira,
5 agilizar um pouco mais esses investimentos que todos sabem que demoram muito tempo. Há
6 também um problema, e esse não tem como evitar, que é o fato de que muitas vezes empenham
7 o recurso, fazem a licitação, e a empresa desiste ou a empresa começa e abandona, como é o
8 exemplo do que ocorreu na FCA. Foram empenhados R\$90 milhões para a FCA, fizeram a
9 licitação, e observa que só podem licitar se tiverem o dinheiro empenhado, e lógico que o valor
10 pode ser um pouco abaixo, e nesse caso foi até abaixo do que estava previsto de recursos. A
11 empresa desistiu, não executou, só que já colocaram no Siafem, porque não possuem autonomia
12 de gastar onde querem; desde aquela autorização orçamentária que a Secretaria da Fazenda
13 concede à Universidade, ela precisa relatar onde está pensando em gastar o recurso. Foi relatado
14 que iriam ser gastos R\$100 milhões no investimento, e o fato de não conseguir executar esse
15 recurso, mas estar empenhado lá, exige que a Aeplan entre no sistema orçamentário e solicite
16 uma mudança nesse recurso, sendo que essa autorização por parte da Secretaria pode levar até
17 alguns meses. E não podem pegar esses R\$100 milhões e destinar para outra coisa, portanto
18 existe uma diferença entre ter uma dotação, ter uma autorização para o uso de um recurso,
19 empenhar um recurso e conseguir executar um recurso. Isso passa por uma gestão orçamentária,
20 é um assunto muito técnico, mas pergunta se está esclarecida a dúvida se houve superávit ou
21 déficit. Respondendo ao professor Ricardo, diz que já licitaram o contrato de manutenção que
22 foi aprovado, estão estruturando, certificando a Prefeitura, que vai assumir o papel de fiscalizar
23 todo esse contrato de manutenção. Também estão trazendo a novidade, em acordo com a Depi,
24 de que pequenas obras também sejam realizadas dentro desse contrato, com uma estrutura para
25 isso, e acreditam que isso vai agilizar. Vão separar as grandes obras dessas pequenas obras e da
26 manutenção, o que acha que é do interesse muito grande das unidades, mas também dos outros
27 órgãos que precisam fazer as suas pequenas reformas. O contrato de limpeza e meio ambiente
28 também foi licitado, e saiu inclusive por um valor inferior: estavam previstos R\$80 milhões e
29 caiu para R\$42 milhões. Concorda que tanto a Prefeitura quanto a Depi merecem um reforço,
30 isso tem sido tratado, mas também é verdade que muitas unidades possuem engenheiros, são
31 mais de 40 espalhados pelas unidades, que vão ser chamados a colaborar também, porque isso
32 é absolutamente fundamental, tanto na hora de ajudar os engenheiros civis como os engenheiros
33 elétricos nesses esforços da Depi e da Prefeitura de realizarem essas obras. Respondendo ao
34 professor Fernando Hashimoto, diz que quando o PPI foi aprovado na COP, CAD e Consu,
35 assumiram o compromisso de que continuariam respeitando toda a institucionalidade da
36 Universidade na aprovação dos projetos, o que significa respeitar a lista de prioridades da Depi.
37 O IA trouxe a informação, junto com a documentação da Depi, de que ele seria hoje a unidade
38 que estaria na prioridade dentro da lista. A demanda represada dentro da Depi é de R\$440
39 milhões; há projetos iniciantes, por exemplo o IB ainda não tem o projeto executivo, o IA já
40 tem o projeto executivo pronto, e dentro dos critérios que a Depi utiliza para ver qual é a

1 prioridade, estão analisando, chamando a Depi para conversar, se o IA seria hoje o primeiro
2 dentro dessa lista. Se isso se confirmar, e como os recursos necessários são R\$20 milhões,
3 portanto inferiores aos R\$84 milhões ainda livres para o PPI, o assunto será devidamente tratado
4 na próxima COP. Tranquiliza a todos no sentido de que o critério aqui nunca é político, o critério
5 é institucional, seguindo as regras que a própria Universidade colocou. Observa que os R\$84
6 milhões que possuem hoje para investimento não dão conta de todas as demais demandas que
7 vão aparecer, que já estão em termos potenciais levantadas pela própria Depi. Há também toda
8 a parte de manutenção e pequenas obras da Prefeitura, por exemplo, terminaram a reforma do
9 telhado de 42 “pinotinhos”, e começaram por eles porque eram construções homogêneas,
10 portanto era possível licitar em um único pacote. Agora há a demanda de reforma dos telhados
11 de mais 40 “pinotinhos”, e vão buscar os recursos para realizar. Há um recurso finito no PPI,
12 estão aprovando aqui a prestação de contas dele, que já aprovaram na COP, seguiram
13 rigorosamente dentro da alocação desses recursos os critérios de prioridade da Depi, que passam
14 inclusive na Copei, e também os recursos que são demandados para a manutenção da Prefeitura.
15 O senhor THIAGO BALDINI DA SILVA diz que a mudança de recursos disponíveis no PPI
16 traz uma preocupação, como o professor Hashimoto manifestou, mas esclarece que não estão
17 mudando nada nessa aplicação dos recursos. No ano passado ocorreu a mesma coisa, trouxeram
18 na COP somente a atualização, e da mesma estão trazendo para a CAD. Observa que as tabelas
19 não foram alteradas em relação ao documento que passou na COP, apenas o texto. Respondendo
20 ao professor Dirceu em relação à utilização dos recursos do PPI, já foram aprovados R\$480
21 milhões, mas desses, R\$300 milhões ainda não conseguiram ser licitados. Dos R\$180 milhões
22 que foram licitados, R\$130 milhões estão empenhados e quase R\$50 milhões já foram pagos;
23 trazem em um documento separado, e esclarece que o gasto no exercício de 2023 foi o déficit
24 da proposta de R\$46 milhões, e mais a utilização de saldo de R\$50 milhões dos saldos
25 aprovados no PPI, então os R\$46 milhões de déficit não são os mesmos que foram gastos no
26 PPI, toda essa parte de empenhamento está sendo tratada fora da proposta orçamentária e da
27 revisão, então só para deixar claro que o gasto é maior do que os R\$46 milhões. O MAGNÍFICO
28 REITOR, respondendo ao conselheiro Felipe, em relação aos gastos na área estudantil de
29 Limeira, diz que no caso do ginásio e do prédio que possibilitará inclusive a transferência da
30 FT para o *campus* 2, o problema não foi a falta de recursos, foi a empresa que ganhou a licitação
31 e não está executando a obra. Há vários condicionantes jurídicos, é um contrato que tem que
32 ser rompido, iniciar uma nova licitação, e tudo isso exige tempo. O Conselho Universitário
33 aprovou alguns meses atrás a compra do terreno anexo à moradia, então foram reservados os
34 recursos, e agora a execução disso depende de terem uma documentação que garanta duas
35 coisas: primeiro que não haja pendências no terreno, de imposto e coisas desse tipo, e segundo
36 é saber se podem construir uma moradia lá, com dois, três andares, por exemplo, isso tem que
37 ser permitido pela Prefeitura. Aparentemente as pendências do ponto de vista dos atores
38 envolvidos na negociação estão resolvidas, agora precisam, para segurança da instituição e dos
39 seus administradores, que haja uma análise jurídica para dizer se está tudo adequado e podem
40 prosseguir. A moradia atual, por incrível que pareça, não é da Unicamp, ela é da Funcamp, o

1 que causa restrição de fazer reformas, e desde a gestão anterior estão sendo tentadas diferentes
2 alternativas para resolver essa questão, mas ainda não conseguiram. O desejo da Unicamp é
3 comprar a moradia, para poder reformar; ela estando no orçamento da Universidade, podem
4 aplicar os recursos para reformá-la, mas essa questão também depende de outros atores. Se
5 usarem os recursos reservados para outra coisa, esses planos não se realizam, mas o fato de ter
6 recursos alocados não significa que o plano se realize de imediato, porque ele depende de todos
7 esses procedimentos, que são restrições de quem trabalha com recurso público, que é o caso da
8 Unicamp. Fica extremamente contente de ouvir pessoas, especialmente diretores, solicitando
9 contratação de pessoal para a Depi, para a Prefeitura. Tiveram uma dificuldade grande de fazer
10 algo assim em relação à DGA, mas acha que talvez estejam chegando ao ponto de entender que
11 se não tiverem ações nesses órgãos centrais e capacitá-los melhor, não terão condições de
12 vencer os desafios. Aumentar de R\$4 milhões para R\$40 milhões é um grande crescimento,
13 mas tinham que aspirar a mais, porque de fato a infraestrutura da Universidade está há muito
14 tempo em decadência, e precisam recuperá-la. Entretanto, há muitos altos e baixos, nessa área
15 de obras há as dificuldades de licitação, não conseguem projetar bem com os prazos, então o
16 que acaba acontecendo é que às vezes expandem o quadro de engenheiros e de repente o número
17 de obras acaba; então colocam engenheiro para trabalhar em administração e ele não quer voltar
18 mais para a engenharia, porque lá ele tem que assinar responsabilidade etc. Então há alguns
19 custos, precisam planejar isso melhor e é mais fácil planejar nas instâncias centralizadas. Agora
20 obviamente isso causa algum desconforto, porque a instância local perde um pouco de controle;
21 sabe que é difícil, mas acha que é inevitável caminhar nesse sentido. Por exemplo, uma
22 experiência positiva que tiveram foi a reforma dos 40 “pinotinhos”, mas lembra que houve
23 polêmica em relação a isso. Na discussão do orçamento, no final de 2022, havia muita dúvida
24 se isso deveria ser feito, mas a Prefeitura assumiu o risco e entregou o serviço. Pode ser feita
25 mais aposta nessas estruturas, porque elas têm condições, em muitos casos, de entregar. No
26 caso dos 40 “pinotinhos”, isso vai ter um impacto de 10% de redução do consumo de energia
27 elétrica do *campus*, porque todos esses “pinotinhos” foram reformados para aceitar a célula
28 fotovoltaica nos seus telhados. Então, o impacto é maior do que simplesmente a reforma desses
29 locais. A última questão que vai comentar é sobre a imensa polêmica em relação aos abonos;
30 observa que há cerca de R\$250 milhões alocados há muitos anos às unidades, não conseguem
31 efetivar o gasto, mas ele tem que entrar no orçamento, como saída e entrada, porque ele não
32 está disponibilizado. Se os diretores resolverem disponibilizar, ele poderia ser usado para outra
33 causa, e podem fazer isso com qualquer item daqueles gastos. Precisam enfrentar a realidade
34 de que o cobertor é curto, e que se tomam determinadas decisões, outras não serão viáveis.
35 Quando comparam o abono com essas colocações das unidades, ou com qualquer investimento,
36 estão comparando coisas que são comparáveis, porque elas são gastos únicos. Um abono é um
37 gasto único, e esses R\$250 milhões também. O orçamento tem que revelar o que é déficit ou
38 superávit do exercício, só que as pessoas querem mexer nas reservas, sem se lembrar que as
39 reservas contêm investimentos, têm essas reservas que são o acúmulo das unidades ao longo do
40 tempo, que as unidades conquistaram, porque a Unicamp tem um procedimento para definir

1 isso. Qualquer diretor sabe que há o plano de qualificação, que considera número de vagas, que
2 considera o desempenho na pós-graduação, que considera área construída para distribuir
3 recursos todos os anos. Infelizmente não conseguem gastar na medida em que esse dinheiro é
4 transferido, mas é possível dar outro fim para ele, como é possível decidir que não terão mais
5 reserva de folha e aplicar no abono. Entretanto, têm insistido desde o início da gestão que
6 precisam tomar decisões conscientes; não basta querer mais sem olhar o que já conquistaram,
7 e sem olhar o que esse acréscimo gera de prejuízo em outras áreas. Tem que ser uma discussão
8 madura sobre o tema, mas há conflitos que não são questões fáceis de resolver. O problema
9 existe e precisam enfrentá-lo com alternativas que sejam aceitas pela comunidade, se vão optar
10 por dar abono para professor e não dar para funcionário, ou vice-versa, ou dar abono maior para
11 o início da carreira e não para o final da carreira. A proposta foi dar abono igual para todo
12 mundo, que não foi o que aconteceu na USP, mas podem fazer aqui, só que esse recurso tem
13 que sair de algum lugar, não tem opção. Pergunta quem vai pagar esse custo; ninguém quer
14 pagar, mas quer que o custo seja realizado, então fica difícil. A Reitoria até pode assumir o
15 ônus, mas depois será considerada “gastona” pela comunidade. É assim que ocorre, se
16 defendem que o teto salarial ocorra no Supremo, são criticados porque fizeram uma defesa
17 fraca, se não defendem ou passam um abaixo-assinado, são acusados de privilegiar alguns
18 nichos. Precisam não só localizar a problema, precisam ter rota de saída, e isso tem que envolver
19 o conjunto das pessoas na decisão também. Nos momentos de discussão de orçamento, em que
20 a realidade bate à porta, precisam pensar para onde vão, onde aplicam, são decisões que não
21 são fáceis. A Conselheira VALENTINA SPEDINE SIERRA diz que é esta é sua primeira
22 participação como representante discente, e diz que também é da coordenação geral do
23 Diretório Central de Estudantes. Sua dúvida é muito pontual: pergunta o que significa a reserva
24 de segurança, o que caracteriza o seu uso e como é delimitado e deliberado ou não o uso dessa
25 reserva. O Conselheiro FERNANDO SARTI responde que foi uma decisão do próprio
26 Conselho Universitário, a partir de uma iniciativa da COP. Nos últimos anos, todas as
27 universidades conviveram com uma crise financeira, que provocou fechamento durante quatro
28 anos, sistematicamente, com déficits nos exercícios, e foram tendo que usar as reservas. Essas
29 reservas vieram reduzindo, e em algum momento havia até uma preocupação se essa redução
30 comprometeria a folha de pagamento. Estão sempre falando de expectativas, pois nunca sabem
31 até onde vai a crise, até que momento vai ter essa redução, isso exige um pouco mais de
32 planejamento, exige realmente conhecer um pouco os indicadores e a receita. A Universidade
33 teve a geração de um superávit de 2021 a 2022, que é fácil explicar pelo fato de que as despesas
34 ficaram completamente represadas. Não podiam dar reajuste salarial, não podiam contratar,
35 nem ter recursos com progressão, por força da lei complementar 173. Por outro lado,
36 continuaram tendo a receita e houve até um crescimento durante a pandemia. Com isso,
37 decidiram levar esses recursos para dentro do fundo de reserva, que cresceu, e como viram hoje
38 aqui, somando os quatro itens, está hoje em R\$1,6 bilhão. Uma das destinações para essa
39 reserva foi exatamente pensar em valor de segurança para uma outra eventual crise financeira,
40 ou se a reforma a tributária, que está sendo estruturada, comprometer as receitas da

1 Universidade, vários fatores que poderiam de alguma maneira colocar em risco o financiamento
2 da Universidade. Então se optou, dentro da COP, por propor que uma parte desses recursos
3 ficasse como uma reserva de segurança para essas situações. Depois aprovaram isso na CAD e
4 no Consu, portanto foi uma decisão da comunidade manter esses recursos com esse motivo
5 precaução, esse motivo de segurança. A decisão de três folhas foi porque naquele momento se
6 julgou que seria o suficiente para fornecer uma tranquilidade caso viesse uma reforma tributária,
7 caso tivesse algum comprometimento das receitas. Foi concedido reajuste salarial, nesses dois
8 anos, de 30% – 20% e depois 10,5% –, e com isso a folha aumentou. Quando a COP decidiu
9 essas três reservas, a folha estava em torno de R\$200 milhões, hoje está em R\$260 milhões,
10 então estão tendo que deixar reservado o valor de três folhas, R\$780 milhões. A reserva vem se
11 mantendo relativamente constante, não estão acumulando mais há alguns meses, e como
12 aumenta esse percentual do saldo precaução, reduzem algum outro, que nesse caso foi o PPI,
13 porque mantiveram integralmente os recursos para a moradia e os saldos das unidades de anos
14 anteriores. Então foi uma decisão técnica, mas também com toda a discussão nas instâncias da
15 Universidade. O MAGNÍFICO REITOR diz que convivem sempre com a ideia de que possuem
16 um percentual do ICMS e que precisam colocar as despesas dentro desse percentual. As
17 universidades não têm suplemento, portanto se gastarem mais do que entrou de receita, é difícil
18 solicitar ao governo estadual mais recursos. Só para dar um exemplo, em 2018 o Cruesp
19 reajustou o salário em 3%, a Unesp aprovou o reajuste mas não conseguiu cumprir, porque ela
20 não tinha recursos. Durante a pandemia, conviveram por alguns meses com um gasto de folha
21 menor do que o que recebiam do governo, porque a economia deprimiu e o ICMS caiu,
22 recebiam o mesmo percentual sobre um valor menor, e tiveram às vezes 20%, 25% de déficit.
23 São as reservas que cobrem isso. Então, para a lógica sob a qual a Universidade funciona,
24 precisam ter reservas para fazer frente a essas situações específicas. O principal custo da
25 Universidade é folha salarial, mas também precisam garantir possibilidades de fazer um ou
26 outro investimento em uma situação de crise. A ideia é que precisam ter algo que funcione
27 como um tampão com um amortecimento de situações difíceis. Não podem deixar de pagar
28 salário, não podem reduzir salário, então são esses os motivos. O Conselheiro JOÃO RENATO
29 BENNINI JÚNIOR diz que achou muito positiva a fala dos diretores na questão do
30 fortalecimento desses órgãos centrais de Administração, de estrutura. Estão tendo uma
31 experiência muito boa com a DGA e acha que com a Depi não será diferente. A questão da
32 centralização das ações administrativas funcionou muito bem dentro do Caism, e na Unicamp
33 vai funcionar muito melhor em uma escala maior, sem dúvida alguma. Observa que muitas
34 vezes procuram buscar as soluções para os problemas fora da Universidade, contratando,
35 trazendo mais gente, mas lembra que dentro da Universidade há pessoas muito boas também,
36 que podem ser mais bem aproveitadas. Por exemplo, uma parte institucional que foi feita no
37 Caism com a FECFAU e com o IA, de um projeto de ampliação do ambulatório de
38 quimioterapia, um projeto muito bacana de ampliação, muito mais humanizado, diferenciado,
39 que inclusive agora foi contemplado como uma obra do PPI. A própria Secretaria de Estado da
40 Saúde está alocando mais recursos para oncologia, porque é uma demanda da sociedade. Então,

1 uma demanda externa que foi resolvida com a participação dos docentes. Acha que deveriam
2 também ter como política o fortalecimento dessas parcerias institucionais; o Caism vai precisar
3 de muito apoio, há um *pipeline* de obras enorme para executar lá dentro, como projetos de
4 engenharia, de arquitetura, física médica, necessidade de controle de pragas. Então, talvez haja
5 algum docente que trabalhe com isso, na Feagri, no IB, são ações que devem procurar fortalecer
6 aqui dentro, porque facilita muito a solução e estimula os interesses da própria Universidade.
7 O Caism está muito interessado em conversar com todos os institutos e faculdades para poder
8 estabelecer esses projetos, portanto podem procurá-lo para tentar ampliar essas parcerias. O
9 MAGNÍFICO REITOR diz que essas ações são os chamados laboratórios vivos, que utilizam
10 o próprio *campus* para desenvolver ações. A Conselheira ROBERTA CUNHA MATHEUS
11 RODRIGUES diz que se junta aos diretores, porque estão com obras na Faculdade de
12 Enfermagem e foram atendidos pela Depi em parceria com a Prefeitura para atender em
13 urgência uma obra de prioridade em relação a acessibilidade para aluno PCD, cadeirante, na
14 Faculdade, sem acesso aos banheiros, aos laboratórios, às áreas de convivência. E isso foi muito
15 importante para a Faculdade de Enfermagem, está em curso ainda, e é importante registrar o
16 agradecimento e reforçar o pedido dos diretores em relação ao fortalecimento desses órgãos,
17 que realmente fizeram a diferença para a Faculdade de Enfermagem também. O MAGNÍFICO
18 REITOR submete à votação a matéria, considerando a nova versão da Informação Aeplan, de
19 número 368/2024, que é aprovada com 21 votos favoráveis e 01 abstenção. Nada mais havendo
20 a tratar na Ordem do Dia, coloca para ciência o Expediente dos seguintes assuntos: I - A -
21 Designação de Gratificações de Representação - Deliberação Consu-A-22/17 - 01) Proc. nº 01-
22 P-17813/2021 - Designação de Gratificações de Representação Docente e Pesquisadores -
23 conforme Relatório DGRH-07/24 e Despacho DGRH-59/24: Alexandre Zamith Almeida -
24 Chefe de Departamento - IA/DM; Andrei Carvalho Sposito - Coordenador de Pesquisa -
25 FCM/COORDP; Cesar Cabello dos Santos - Coordenador de Divisão - Caism/Coas/Dionco;
26 Claudio Lima Ferreira - Coordenador Adjunto - Reit/Proec/Dircul; Danilo Ciccone Miguel -
27 Coordenador de Curso de Graduação - IB/CG; Eduardo Okamoto - Coordenador Associado de
28 Curso - IA/CCGRAD/CGCEN; Gina Maria Monge Aguilar - Coordenador Curso de Graduação
29 - IA/CCGRAD/CGCEN; Gustavo Doubek - Coordenador de Pesquisa - FEQ/Cexten; Manuel
30 Oliveira Falleiros - Coordenador de Centro e Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa III -
31 REIT/CGU/Cocen/Nics; Mauricy Matos Martin - Coordenador de Centro e Núcleo
32 Interdisciplinar de Pesquisa II - Reit/CGU/Cocen/Ciddic; Oswaldo Martins Estanislau do
33 Amaral - Coordenador de Centro e Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa III -
34 REIT/CGU/Cocen/Cesop; Sylvia Helena Furegatti - Coordenador Geral de Cultura -
35 Reit/ProEC/Dircul. Em seguida, passa a palavra aos inscitos no Expediente. O Conselheiro
36 HERNANDES FAUSTINO DE CARVALHO diz que o professor Daniel estava inscrito, mas
37 precisou sair para buscar os filhos na escola. Inclusive ele pediu para que comentasse que a
38 reunião da CAD começa muito tarde para pais que têm filhos em escola e que precisam ser
39 retirados, talvez pudessem começar um pouco antes a reunião. Informa que ontem
40 comemoraram o dia mundial do combate à obesidade, e menciona que o professor Marcelo

1 Mori publicou um trabalho na “Nature Metabolism”, uma revista bastante prestigiosa, em que
2 ele e os colaboradores tratam das questões socioculturais e biológicas que determinam a
3 obesidade na América Latina. Parabeniza o professor Marcelo Mori pelo trabalho publicado,
4 em excelente revista, e recomenda a leitura para todos os que têm interesse nessa doença tão
5 mórbida. O Conselheiro RICARDO MIRANDA MARTINS parabeniza a PRG e a ProEC pelas
6 atividades da calourada. Em seguida, pergunta como estão pensando em fazer a distribuição
7 este ano tanto de vagas Paepe como de cargos docentes nível MS-3 e de titular. Vai comentar
8 uma situação sobre os concursos Paepe: a DGRH está chamando os aprovados no concurso
9 Paepe de nível médio, e têm sempre tido como hábito fazer o médio e depois o superior. O que
10 acontece é que as pessoas que são aprovadas no concurso de nível médio muitas vezes têm nível
11 superior, e elas se inscrevem em outro concurso. Muitos funcionários entram nas unidades
12 como nível médio, fazem o concurso de nível superior, passam, em geral são indicados para
13 outra unidade, e simplesmente vão para a outra unidade, porque o salário é praticamente o
14 dobro. As unidades nem sempre têm o cargo, ou a vaga de superior livre, ou às vezes têm a
15 vaga de superior, mas o recurso está contingenciado, e às vezes não tem nada disso, não tem
16 nenhum recurso, mas como o funcionário trabalhou ali por alguns anos, ela teria interesse em
17 manter o funcionário. Pergunta se não teria como, de alguma forma, aprovar uma espécie de
18 complementação automática para manter o funcionário que está há anos na unidade como nível
19 médio e passou no concurso de nível superior, caso haja interesses de ambas as partes, do
20 funcionário e da unidade, em sua permanência, claro que isso havendo espaço na certificação
21 da unidade. Já houve problemas no Imecc, e sabe que em várias outras unidades também, no
22 sentido de que a pessoa entra como nível médio, fica dois, três anos, passa no superior e sai;
23 entra outro para a vaga, fica um, dois anos e sai. Com isso vão perdendo um pouco do histórico
24 da Universidade. O último comentário é que gostou muito da fala do professor Antonio José no
25 final da Cepe de hoje, em resposta ao professor Marcelo Mori, mas ressalta um pequeno detalhe:
26 o professor Antonio José comentou sobre as aposentadorias, o senhor Everaldo até ajudou com
27 os percentuais, e foi dito que as pessoas mais antigas, aquelas que vão se aposentar com salário
28 integral e paritário, estariam recolhendo R\$3 mil de aposentadoria e iam aposentar com 100%.
29 Já os jovens, que entraram depois de 2013, recolhem R\$800 de aposentadoria, mas podem pagar
30 uma aposentadoria complementar, e a Unicamp paga 1 para 1. Mas há os intermediários, os
31 “semijovens”, que ingressaram entre 2004 a 2013, geração à qual pertence, que está no pior dos
32 dois mundos. É o pessoal que recolhe o mesmo percentual de aposentadoria de quem vai se
33 aposentar de forma integral e paritária, só que na aposentadoria vai receber 60% da média dos
34 salários, mais 2% por ano trabalhado que passar de 20. Fazendo uma conta muito por alto, a
35 pessoa da sua geração vai entrar, trabalhar por 40 anos, e quando se aposentar imediatamente o
36 salário vai reduzir para entre algo entre 85% e 90% do que ela ganhava. Participa do GT que
37 está estudando a questão da aposentadoria, estão acabando os trabalhos, acha que em algum
38 momento de 2024 vão apresentar para o Gabinete e para a PRDU, e uma coisa que estão
39 querendo fazer é algum trabalho de divulgação aos docentes, para que eles saibam qual seu
40 regime de aposentadoria. A pessoa termina um pós-doutorado, passa em um concurso da

1 Unicamp, fica feliz, está trabalhando há anos sem pensar na aposentadoria, mas pode ser que
2 seja tarde demais quando ela se tocar que não vai se aposentar igual ao seu orientador de
3 doutorado, que aposentou com salário integral e paritário. Então, seu último salário não vai ser
4 a sua aposentadoria, ela vai ser a média de todos os salários. Não está sugerindo nada no sentido
5 de pagar bônus, é só para ressaltar que existe uma geração que foi de certa forma prejudicada,
6 não pela Unicamp, mas por questões previdenciárias. O MAGNÍFICO REITOR reconhece que
7 não tratou essa questão, e sua sensação também, não é uma afirmação categórica, é que é a faixa
8 mais prejudicada, inclusive já ouviu isso de mais de uma pessoa. O senhor EVERALDO
9 PINHEIRO diz que já teve oportunidade de conversar com o professor Ricardo, acha que a
10 observação dele é importante em relação aos concursos, só precisam prestar atenção no
11 seguinte: quando a pessoa passa para o nível superior, ela está mudando de função, não é como
12 se fosse uma promoção, que a pessoa passou no concurso e vai continuar desempenhando as
13 mesmas funções. Ela está sendo contratada por uma outra exigência, para uma outra série de
14 atividades, para um outro plano de trabalho. Então, não é simplesmente suplementar a vaga e
15 ele continuar fazendo o seu trabalho. Precisa existir a necessidade de que haja um profissional
16 de nível superior para executar aquelas funções. Sobre a questão desse grupo de 2004 a 2013,
17 também faz parte desse GT e reforça que qualquer progressão que a pessoa tenha vai aumentar
18 a média salarial, vai refletir na aposentadoria. O MAGNÍFICO REITOR observa que a
19 progressão não é um impacto só durante a vida profissional da pessoa, porque é aumento sobre
20 aumento. Se agora em maio tiverem 5% de aumento, para cobrir a inflação, o salário vai
21 ultrapassar o teto, então um docente em final da carreira, com as regras de hoje, talvez já
22 perdesse dinheiro no teto. A Conselheira SILVIA CRISTINA FRANCO AMARAL solicita a
23 palavra para a professora Silvia Gatti. A Professora MARIA SILVIA VICCARI GATTI diz
24 que associa sua fala ao STU no sentido de trazer as demandas dos docentes e servidores técnico-
25 administrativos com relação ao bônus e ao auxílio-saúde. Desde junho do ano passado,
26 conseguiram agendar pelo menos duas reuniões no semestre passado, em que levaram
27 principalmente a proposta do abono, que foi discutida com os docentes e escolhida entre
28 diferentes propostas que a ADunicamp colocou para os docentes, muito obviamente baseado
29 naquilo que havia acontecido na USP. Em dezembro, souberam que as propostas não poderiam
30 ser implementadas até por problemas de ordem jurídica e protetivas à Universidade, porque
31 havia diferenças nas propostas, fundamentalmente relacionadas ao ano de ingresso dos docentes
32 na Universidade, tendo em vista as questões de mudanças da previdência. Entendendo isso, em
33 reunião propuseram que a Universidade realizasse efetivamente um estudo técnico da proposta
34 original, de uma nova proposta com valores iguais para docentes e servidores, e propostas
35 variáveis da questão do auxílio-saúde. A Universidade fez esse estudo técnico, encaminhado
36 pela Aeplan, à qual agradece, um trabalho muito bom, informativo, mas a Reitoria não
37 respondeu nem que sim, nem que não, sequer um talvez. Em dezembro obtiveram a informação,
38 logo após a reunião final do Conselho Universitário, que poderiam ser chamados para uma
39 reunião na terceira semana de janeiro. Quando chegou esse prazo, solicitou reunião novamente,
40 foi atendida para agendamento da reunião, que não pôde acontecer na semana passada porque

1 estava fora, e fizeram a reunião ontem. Foi uma reunião agradável, com a presença dos
2 professores Sarti e Paulo César, obviamente com os dois lados se posicionando. Reconhece
3 todo o esforço que a Universidade fez e tem feito para as questões relativas a salários,
4 progressões, promoções, vê com muito bons olhos essa preocupação com o olhar para frente.
5 Na questão das construções, acha que seria importante pensar nos elevadores dos “pinotinhos”.
6 Tudo isso a deixa bastante feliz com a Universidade que ajudou a construir, mas ontem, ao final
7 da reunião, não ouviu nem sim, nem não, nem um talvez. Ao final da reunião da Cepe de hoje,
8 fez uma sugestão; o professor Antonio José sempre reitera a questão da corresponsabilidade,
9 tirar de onde para colocar onde, ou para quem, das câmaras e do Consu. Se são responsáveis
10 pelo compartilhamento das responsabilidades, então a sua solicitação é que a Reitoria paut
11 para as câmaras e para o Consu a questão dos bônus e do auxílio-saúde, para que tenham
12 finalmente um “sim”, ou um “não”, porque a decisão não ficaria por conta de responsabilidade
13 única e exclusivamente da Reitoria. O MAGNÍFICO REITOR passa a palavra aos pró-reitores.
14 O Professor IVAN FELIZARDO CONTRERA TORO informa que o vestibular foi um sucesso,
15 inclusive no novo sistema de ingresso, que é o provão paulista. Aconteceu na semana passada
16 a calourada, a entrada dos novos calouros, um trabalho conjunto com a Pró-Reitoria de Extensão
17 e Cultura, que foi muito boa, sem nenhum incidente. Lembra a todos os diretores para
18 conversarem com seus coordenadores de ensino sobre o Edital Alegria II, que está aberto e
19 termina agora no meio de março o período de novos projetos, são R\$4 milhões para laboratórios
20 de ensino de graduação. Gostariam muito que tivessem muitos projetos bons como no Alegria
21 I. O MAGNÍFICO REITOR diz que estão fechando um edital conjunto com as outras duas
22 universidades, para um programa de suporte a pesquisas em políticas públicas e tecnologias
23 assistivas de pessoas com deficiência, motivado pela Secretaria Estadual dos Direitos das
24 Pessoas com Deficiência. Esse é um edital das três universidades, estão formatando a forma
25 definitiva e é provável que depois haja um edital similar da Fapesp também. O Conselheiro
26 FERNANDO ANTONIO SANTOS COELHO informa que no último sábado fizeram o
27 lançamento na sede dos Patrulheiros do cursinho Malunga II, que vai fazer a preparação para
28 que esses alunos dos Patrulheiros possam fazer os vestibulares das universidades públicas.
29 Então a ideia é realmente ter uma sequência que vai acontecer todos os sábados durante todo o
30 ano para que esses adolescentes que participam do programa Patrulheiros possam se preparar
31 para prestar vestibulares das universidades mais competitivas. Nesse primeiro momento, 53
32 alunos se inscreveram nesse curso. Ontem, estive em Limeira para a abertura da atividade do
33 cursinho Colmeia, e essa parte feita em Limeira tem o financiamento da Prefeitura Municipal
34 de Limeira. Estavam lá presentes 370 alunos das escolas públicas e particulares da cidade que
35 vão durante todo o ano de 2024 se preparar também para participar de vestibulares. A professora
36 Josely e o professor Marcelo, que são os coordenadores desse programa, falaram que a partir
37 desse curso Colmeia existe uma tendência de aumento de alunos de Limeira cursando a FCA,
38 o que é realmente bem interessante. Informa ainda que a ProEC e a Editora da Unicamp
39 lançaram o primeiro edital, que é um edital pioneiro, em que vão fazer chamadas para
40 publicação de textos de extensão, uma política para aumentar a quantidade de material voltado

1 para a extensão. Essa é uma atividade que não tem precedente no país, portanto será muito
2 interessante. No dia 14 de março, vão fazer aqui na Universidade um seminário introdutório
3 para que comecem as atividades do projeto Unicamp da Cidade. Será um espaço que a Pró-
4 Reitoria de Extensão e Cultura terá no centro de Campinas para a execução de uma série de
5 atividades, integrado ao CIS Guanabara. É um projeto que vai contar com a participação da
6 Pinacoteca de São Paulo, do Sesi São Paulo, da Fumec e da Secretaria de Educação. Vão
7 entender as experiências tanto da Pinacoteca quanto do Sesi nessas interações com a sociedade,
8 de que maneira isso acontece, como eles se aproximam, que é o interesse da Universidade para
9 esse espaço que vão ter em breve em Campinas. O Conselheiro FERNANDO SARTI diz que
10 hoje pela manhã foi aprovada a mudança na deliberação da Carreira PQ, agradece muito ao GT,
11 que foi presidido pela doutora Ana Carolina, que chegou a um belíssimo trabalho. Parabeniza
12 a carreira, que com essa institucionalidade chega a um avanço e a uma conquista bastante
13 importante. O segundo informe tem a ver com o Pind, e faz um apelo aos diretores para que
14 divulguem a abertura da terceira rodada do programa, que começou agora dia 1º de março e as
15 submissões vão até 30 de abril. A PRDU se disponibilizou a ir até as congregações, se
16 necessário, para divulgar, mas certamente sabe que outras pró-reitorias também podem
17 colaborar. Os projetos podem ser em pesquisa, ensino e extensão, o que considera fundamental;
18 são R\$75 mil em recursos para o projeto, que podem ser acrescidos em 20%, caso seja
19 interdisciplinar. Até agora, na rodada 1 e 2 do Pind, foram alocados aproximadamente R\$20
20 milhões, e como aprovaram R\$60 milhões, ainda há R\$40 milhões para serem destinados para
21 essa terceira rodada. Gostariam que esses recursos todos fossem alocados, e lembra que tiveram
22 aptos para essa solicitação aproximadamente 600 docentes. Se só 266 se submeteram até agora,
23 ainda estão longe de atingir o universo de docentes aptos. O terceiro informe tem a ver com o
24 *ranking* THE Reputation, que ouviu 38 mil especialistas no mundo inteiro, que têm que indicar
25 uma seleção de principais universidades no mundo. Isso atinge a possibilidade de oito mil
26 instituições acadêmicas em 166 países, mas só 200 foram ranqueadas, a Unicamp é uma delas
27 e ficou na posição entre 151 e 175, ao passo que a USP ficou na faixa entre 81 e 90. As duas
28 universidades mantiveram a sua posição, que considera bastante honrosa. Informa também que
29 a progressão Paepe fechou a primeira etapa, que é o preenchimento da Ficha A, dos critérios de
30 avaliação, e também a etapa da Ficha B, que são os critérios de distribuição dos recursos por
31 CSA. Isso já foi homologado pelas congregações ou instâncias equivalentes e no dia 1º de
32 março e hoje se encerra o prazo final para os recursos dos servidores. De 18 de março a 2 de
33 abril será o período de inscrições para a participação no processo de progressão. Respondendo
34 à professora Silvia Gatti, ressalta que todas as demandas apresentadas são totalmente
35 justificáveis, mas observa que as demandas da Universidade vão além dessas; a bonificação
36 solicitada representaria R\$85 milhões, e o estudo da Aeplan também calculou o custo para o
37 plano de saúde, são mais R\$170 milhões. Há também o Programa Dignidade, apresentado pela
38 DGRH, que não saberia estimar valor, dependeria da linha de corte. Há vários funcionários na
39 Unicamp que são celetistas, e a eles não se aplica a aposentadoria compulsória aos 75 anos, e
40 muitas dessas pessoas preferem trabalhar mesmo depois de 75 anos, porque os seus salários na

1 Universidade são muito superiores ao que ganhariam com a aposentadoria pelo INSS. Há casos
2 de pessoas acima de 80 anos, então há uma solicitação também de uma forma de lidar com esse
3 problema. E há várias outras demandas, inclusive na sua fala durante a discussão do item do
4 PPI mencionou que só em uma carteira de projetos dentro da Depi são mais de R\$450 milhões,
5 além de outras iniciativas importantes. Acabou de responder ao professor Ricardo, há uma
6 cobrança de docentes e de Paepes, então as demandas da Universidade são infinitas, e todas são
7 legítimas, só que elas ultrapassam, pelo que acabaram de aprovar aqui na CAD, a capacidade
8 de financiamento por parte da Universidade. Portanto, com todo o carinho e respeito que sentem
9 pela professora Silvia e pela ADunicamp, é importante a comunidade entender quais são as suas
10 prioridades. Respondendo ao professor Ricardo, há três estudos prontos, estão em discussão
11 com a CGU, com a professora Maria Luiza, o primeiro tem a ver com a distribuição de titulares.
12 Informa que 41 processos de titulares estão em andamento, e há 43 que sequer foram iniciados.
13 Isso não é justificativa para prejudicar aquelas unidades que receberam as suas distribuições e
14 já fizeram os concursos, desde que respeitado aquele coeficiente que votaram de 30% máximo
15 de titulares em relação ao total de docentes da unidade. Isso porque há o limite de 550 cargos
16 de titulares que são oferecidos pela Alesp à Unicamp. Esses números podem ser discutidos com
17 os diretores, como fizeram anteriormente, porque nem todas as unidades vão poder ser
18 contempladas; pelo menos cinco unidades estão no limite dos 30%. Possuem também um
19 levantamento em relação aos cargos de doutores; lembra que hoje ocorre reposição automática
20 para todas as carreiras no caso de falecimento e demissão, e no caso de aposentadoria a partir
21 de junho de 2023. Então isso faz com que agora o estoque aqui não cresça tanto, mas fará a
22 reunião com os diretores para saber se existe, como fizeram em outra ocasião, algum critério
23 para distribuir essas poucas vagas existentes, lembrando que sempre terão que deixar algumas
24 aqui separadas para exatamente cumprir essa reposição automática. Em relação aos concursos
25 Paepe, só podem, por enquanto, avançar no nível médio, cujo concurso já está homologado, são
26 mais de 1.200 para técnico administrativo. Já foi realizado o concurso de nível superior, mas
27 ainda estão em processo de homologação, e imagina que até meio do ano esteja finalizado. A
28 questão é que estão ainda fazendo o ingresso daquelas distribuições anteriores, nos meses de
29 janeiro e fevereiro foram mais de 100 ingressos na Universidade, ainda há alguns em
30 andamento, e vencido isso vão para a nova distribuição, que também será feita em conversas
31 com os diretores e com as bancadas de docentes e funcionários, que é fundamental para
32 seguirem o mesmo procedimento anterior. Isso está previsto no orçamento, a Aeplan se
33 preocupou em colocar na PDO as contratações tanto de funcionários quanto de docentes. A
34 Conselheira MARIA LUIZA MORETTI diz que este ano devem entregar a avaliação
35 institucional obrigatória da Universidade, e colocaram no *site* os indicadores para todas as áreas.
36 O prazo para preenchimento dos dados por parte das unidades é 30 de abril; até o momento, a
37 área da Saúde está com 0% de preenchimento, centros e núcleos com 6%, colégios 2%,
38 faculdades e institutos 3%, e ProFIS 0%. Solicita aos diretores e professores que aqui estão para
39 conversarem com seus pares em suas unidades para preencherem a avaliação institucional, que
40 é extremamente importante. Informa também que na última sexta-feira fizeram um Planes da

1 CGU e tiraram como conclusão as seguintes avaliações: um planejamento e um fórum de gestão
2 estratégica e planejamento de universidades; um fórum sobre governança de dados; e
3 indicadores estratégicos. Então, esses foram os resultados que acharam que serão importantes
4 de serem colocados na discussão da Universidade. Sobre a questão da dengue, informa que
5 existe um grupo de estudos que foi nomeado pelo professor Antonio José no ano retrasado para
6 as medidas de combate à doença. Existe uma vigilância epidemiológica aqui no *campus*, de
7 cipeiros e bolsistas, que fazem vistoria nas unidades, com vistas à eliminação de possíveis
8 criadouros. Há o monitoramento da presença de larvas do mosquito, através de 28 armadilhas
9 espalhadas pelo *campus* e na moradia estudantil. Em relação às ações na moradia estudantil,
10 informa que todas as caixas d'água e calhas estão sendo limpas anualmente, sendo que a última
11 limpeza foi feita em agosto de 2023, e todas essas calhas e caixas d'água estão teladas e seladas.
12 Está em vias de contratação uma empresa para a troca de calhas das casas, substituição de todos
13 os ralos, com sistema abre e fecha, parceria com a Prefeitura de Campinas e Secretaria
14 Municipal de Saúde, para a realização de vistorias em todas as residências da moradia,
15 provavelmente na próxima semana, para recolhimento de materiais e lixo. Então teria um
16 caminhão “cata treco” e orientação aos moradores da moradia. Há uma parceria com a
17 Prefeitura de Campinas, que faz uma vistoria nas obras do *campus*, para a identificação de
18 possíveis criadouros e a aplicação de larvicida, sempre que necessário. Em relação aos casos
19 notificados de dengue na Unicamp, até o momento foram 83 casos de alunos, sendo nove que
20 residem na moradia, e 57 servidores, totalizando 140 pessoas com dengue. Isso tem sido feito
21 tanto no monitoramento pelo Cecom quanto pelo Núcleo de Vigilância Epidemiológica do
22 Hospital de Clínicas. Sobre a proposta da professora Silvia de submeterem às câmaras e ao
23 Consu a pauta da bonificação, observa que semanalmente há uma reunião da equipe da Reitoria
24 que discute todos os assuntos das pró-reitorias, Reitoria, CGU e outros que chegam, e avaliando
25 o orçamento. Observa que a responsabilidade não é só, no caso do prêmio, no momento, de
26 como vão fazer a distribuição dos recursos, mas é também de pensar no futuro das pessoas,
27 pensando que precisam deixar uma universidade sustentável, não só em termos da
28 sustentabilidade ambiental, mas também das pessoas que aqui estão. Sente-se extremamente
29 responsável se tomar uma decisão que não considere segura para a Universidade, porque essa
30 decisão vai impactar no futuro do corpo docente, do corpo de servidores. Dessa forma, declara-
31 se muito mais conservadora em relação ao orçamento, em relação ao gasto, talvez pelo fato de
32 ter vivido já várias crises na Universidade, durante as quais chegaram a ter muito pouco recurso.
33 É da época em que tiveram o Maluf como governador, foi o pior tempo de que se lembra; já era
34 docente aqui e o salário era miserável. Então, foram altos e baixos, passaram por um período
35 em que as poupanças das pessoas foram confiscadas, os salários foram congelados, portanto
36 não sabem o que vai ser do futuro do país. Espera que isso nunca mais se repita, mas por essas
37 e outras vivências, da ditadura militar, das mudanças, talvez tenha se tornado um pouco mais
38 conservadora do ponto de vista financeiro, até com as suas próprias finanças. Sua posição é de
39 utilizar com bastante cautela o fundo de reserva da Universidade. O MAGNÍFICO REITOR
40 propõe votos de pesar à família de Anita Mendes Aleixo Saran, professora aposentada do

1 Colégio Técnico de Limeira, cujo velório ocorreu ontem, 4 de março. Em seguida, observa que
2 a Unicamp possui uma diferença em relação às outras universidades, mas são particularidades
3 como universidade. Ressalta que ela possui um espaço democrático muito bem consolidado,
4 onde as várias categorias têm uma influência relativamente grande na condução da
5 Universidade. Por isso têm dificuldade aqui de fazer o que aconteceu em outras universidades,
6 que é separar, por exemplo, jovens docentes de docentes mais antigos, que é separar
7 funcionários de docentes, em termos de uma política de abono, por exemplo. Considera positivo
8 que seja assim, fruto da influência, da pressão, que os vários setores da Universidade
9 desempenham em sua estrutura. O problema é que, ao longo do tempo, foram se criando vários
10 direitos diferentes para as diferentes categorias, e essas diferenças estão concentradas em duas
11 coisas na categoria mais nova: o direito à aposentadoria corresponde na data presente a uma
12 contribuição menor, mas para elevar a aposentadoria eles precisam investir dinheiro na
13 aposentadoria complementar, e para cada real investido a Unicamp investe um real também.
14 Então, a pessoa pode ter uma aposentadoria maior, mas ela teria que deprimir consumo atual
15 para acumular para essa aposentadoria. Não é verdade que o problema do teto só atinge as
16 pessoas que estão no final da carreira hoje. A conta que apresentou na Cepe é que uma pessoa
17 que passe 35 anos na Universidade e tenha iniciado como professor na situação que prevalece
18 hoje, então imaginando que essa situação existisse há 35 anos, ao chegar a um nível de professor
19 titular, ela tem o salário-base e também sete quinquênios e sexta-parte. O salário dela é cerca
20 de R\$34.500, que é o salário do Governador hoje, salário bruto, reajustado em janeiro passado.
21 Quando ocorreu a briga sobre o teto, o salário do Governador era R\$22 mil. Se imaginarem
22 essa pessoa em maio, quando haverá algum reajuste salarial, acrescentam mais R\$1.700 e ela
23 já estaria acima do teto. Então, é ilusão imaginar que o teto só atinge as pessoas que estão há
24 35 anos na Unicamp, que são titulares hoje. Se aquela liminar cair no Supremo Tribunal Federal,
25 voltará para o salário do Governador, e se este não reajustar seu salário, bastam alguns reajustes
26 para que essas pessoas ultrapassem o teto. Então, se há uma preocupação com o futuro por parte
27 dos jovens docentes, tem certeza de que não é tirando esse teto no Supremo que vai se ganhar
28 com isso. Além da aposentadoria, a outra perda é a da Gratificação de Representação, que não
29 é mais incorporada; ela só vale enquanto a pessoa está no cargo. Ele, por exemplo, não terá
30 absolutamente nenhuma incorporação dos anos de Reitoria. Teve incorporação parcial dos seus
31 anos de diretor, porque isso caiu há um certo tempo atrás, e fora disso tem um tempo de
32 comissão de pós-graduação e um tempo de associado da graduação. Não foi uma pessoa que
33 teve uma carreira forte na área administrativa, e a grande maioria dos docentes e funcionários
34 da Unicamp está nesse caso. A grande mudança é a aposentadoria, porque do ponto de vista da
35 carreira efetiva, quinquênio continua valendo, sexta-parte continua valendo e as promoções
36 ocorrem. A opção aqui foi por aquilo que permite de uma forma mais fácil de ser justificada
37 pela comunidade e que gera menos divisão interna, que é apostar nas progressões. É óbvio que
38 as pessoas têm direito à progressão, mas a execução desse direito depende de recursos. Houve
39 aqui uma época em que a pessoa fazia a livre-docência e não se tornava professor associado, e
40 foi uma opção da Universidade. Ficaram sob a lei complementar 173 em um segundo momento,

1 mas a Universidade fez antes uma opção para desacoplar a promoção da remuneração. Portanto,
2 não podem se esquecer de que é preciso ter recursos para a promoção se efetivar; alguém precisa
3 propor, tomar essa decisão, aprovar, e foi isso o que fizeram com funcionários e com docentes.
4 Desafia os conselheiros a provar que a Unesp e a USP tiveram a mesma política intensa de
5 promoções da Unicamp, e isso é acúmulo sobre acúmulo, porque o reajuste agora vai ocorrer
6 para mil docentes que tiveram promoção nesses dois anos de mandato, ele vai incidir sobre a
7 promoção. Outra coisa que fizeram foi trabalhar de forma muito mais generosa com os
8 benefícios: um que não existia passou a existir, o vale-refeição, e o vale-alimentação teve
9 reajustes significativos. E como esses benefícios têm valor constante para todos, eles
10 representam um percentual na renda das pessoas em início de carreira muito maior. Fora disso,
11 precisam descobrir uma saída; pode ser o abono, mas sinceramente não acha que essa é a melhor
12 aposta. Entrarão agora na campanha salarial, e em maio vão estar chegando mais ou menos a
13 um ano de vale-refeição, que é uma ação da Unicamp, que independe da USP e da Unesp, ao
14 passo que o reajuste depende de negociações no Cruesp. Então acha que podem atuar tanto com
15 parcimônia e cautela, para preservar a sanidade financeira da Universidade, como na hora certa
16 analisar as possibilidades de ter uma remuneração melhor em função dessas possibilidades de
17 reajuste e vale-refeição. A Unicamp é hoje, das três universidades, aquela que tem maior
18 comprometimento com a folha salarial. Isso tem um elemento específico que é o peso dos
19 aposentados, mas tem também o resultado dessas políticas de promoção e de concessão de
20 benefícios de forma mais generosa. Acha que isso tinha que também ser considerado na
21 avaliação dessa questão, e um pouco pensar na possibilidade de fazerem isso de uma forma
22 universal. Um dos problemas com o seguro-saúde é que a Unicamp tem o Cecom; no caso do
23 vale-refeição, a Universidade teve que parar de subsidiar a refeição no restaurante, portanto o
24 Cecom ficaria só para estudantes. Ele é um serviço que pode não ser amplo, geral, universal,
25 mas atende a docente e a servidor, e não poderiam também dar complemento para plano de
26 saúde. Existem restrições jurídicas, financeiras, que devem ser postas na mesa. A perspectiva
27 da Reitoria é ter um papel positivo na negociação salarial, que seja no mínimo garantia da
28 reposição da perda do período, e vão entrar em uma discussão sobre o vale-refeição, porque vai
29 completar um ano. Algo que o preocupa é como mexer na remuneração de jovens docentes sem
30 que isso perturbe toda a estrutura da carreira; por exemplo, o que fazem com os professores
31 associados que são nível MS-5.3, se aumentam a remuneração de todos, isso seria um reajuste,
32 e pergunta se darão reajuste para esses docentes e não para os funcionários. As pessoas têm que
33 chegar aqui com uma proposta concreta, se for o abono, precisam mostrar de onde saem os
34 recursos. Tende a achar que as melhores possibilidades são o dissídio e trabalhar com o vale-
35 refeição. Entretanto, acima de tudo nesta Universidade está a preservação dos seus espaços
36 democráticos. As pessoas têm propostas, elas têm direito a pedir inclusão na pauta, a pedir com
37 um terço dos membros a aprovação, houve um Consu extraordinário recentemente, então as
38 possibilidades existem, mas são ações que possuem um cunho político, e não no sentido
39 negativo, porque política tem o sentido positivo também. Mas as pessoas que fazem isso têm
40 que aprender a arcar não só com o bônus da história, têm que arcar com ônus também,

1 apontando de onde viriam os recursos. Quando brinca perguntando se os diretores estão
2 dispostos a aplicar seus recursos reservados para obras no abono, quer mostrar que é fácil falar,
3 mas dizer de onde vem o recurso tem que fazer parte do pacote. Fora disso, teriam que fazer
4 uma mudança na carreira docente, que não é só da Unicamp, porque se há uma coisa uniforme
5 nas três universidades é a carreira docente. A margem de liberdade aqui é organizar as
6 promoções, mas o nível MS-5.3, com certo tempo de carreira, ganha na USP o mesmo que
7 ganha aqui e na Unesp, basicamente. Então, é algo que devem preservar. Observa que a
8 Unicamp é das mais interessadas na preservação da ação conjunta do Cruesp. Às vezes são
9 surpreendidos por ações individuais, mas tem absoluta certeza de que a Unicamp é a
10 universidade mais interessada, para preservar seu *status*, de que essa ação unitária do Cruesp
11 continue ocorrendo. A dimensão e o peso que possuem a pós-graduação, a graduação, a
12 pesquisa, são destaques importantes para a Universidade, mas na imagem pública às vezes
13 outras coisas pesam mais, por isso devem agir com muito cuidado para preservar essa unidade.
14 Nada mais havendo a tratar, declara encerrada a Sessão, e para constar, eu, Ângela de Noronha
15 Bignami, Secretária Geral, lavrei a presente Ata e solicitei a Aline Marques da Costa que a
16 digitasse para ser submetida à aprovação da Câmara de Administração. Campinas, 5 de março
17 de 2024.

NOTA DA SG: A presente Ata foi aprovada na 398ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE ADMINISTRAÇÃO, realizada em 9 de abril de 2024, sem alterações.